

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Relações Internacionais

A influência dos Símbolos e Valores da Democracia
Norte-Americana sobre a construção do Projeto da
Escola Nova na primeira metade do Século XX no
Brasil: o Papel do Educador Anísio Teixeira.

Lina Raquel de Oliveira Marinho

Belo Horizonte
2005

Lina Raquel de Oliveira Marinho

A influência dos Símbolos e Valores da Democracia
Norte-Americana sobre a construção do Projeto da
Escola Nova na primeira metade do Século XX no
Brasil: o Papel do Educador Anísio Teixeira.

Trabalho apresentado à Disciplina:
Trabalho de Conclusão de Curso do
curso de Relações Internacionais da
Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais.

Orientador: Manoel Neto

Agradeço à espiritualidade por toda inspiração; à minha família pela dedicação ao meu lado, por lutar comigo pelos meus sonhos, especialmente à minha mãe pela participação direta e indireta nesse processo; ao meu noivo pela compreensão; aos meus amigos de hoje e sempre pelos incentivos; à minha orientadora de projeto, Matilde, pelo excelente trabalho que me ajudou a realizar e principalmente ao meu orientador, Manoel Neto, por todo o trabalho que desenvolvemos juntos, pela confiança e atenção.

RESUMO

O propósito desse trabalho consiste em desenvolver de maneira original uma análise acerca da constituição histórica da democracia liberal americana, para evidenciar seus símbolos, e, a partir desse contexto, destacar o fluxo transnacional de suas premissas. Através do mapeamento do fluxo transnacional do símbolo da igualdade da democracia liberal americana para o Brasil pretende-se avaliar e analisar a influência de seus elementos constitutivos no Projeto da Escola Nova de 1930, desenvolvido pelo educador brasileiro Anísio Teixeira.

ABSTRACT

This work's purpose is to develop in an original way an analysis around the American Liberal Democracy history configuration, to put in evidence its symbols and beyond this context highlight the existence of a transnational flow concerning these symbols, and the spill over of their premises. Drawing the American Liberal Democracy equality symbol transnational flow, one is able to analyze its constitutive elements influence on the "Escola Nova" project in 1930, developed by the Brazilian educator Anísio Teixeira, and also discuss Brazil's social political structure at that time.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 CAPÍTULO 1 – A História da democracia Liberal Americana e sua categorização analítica	13
3 CAPÍTULO 2 – Um estudo histórico acerca dos elementos sócio-políticos constitutivos brasileiros e do Projeto da Escola Nova de 1930	35
4 CAPÍTULO 3 – Análise teórica	50
5 CONCLUSÃO	67
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendo reconstruir o fluxo transnacional da Democracia Liberal Americana no século XX para o Brasil, ressaltando mais especificamente a transnacionalidade do símbolo da igualdade, a fim de explorar a importância desse fluxo para a constituição das bases do sistema educacional brasileiro daquela época. Nesse sentido o ator sócio-político Anísio Teixeira teve grande importância para a reconstrução desse fluxo, por ter sido um destacado educador daquela época por isso, ter estado imerso nesse processo.

Durante a exploração deste conteúdo, será importante ressaltar o contexto histórico sócio-político brasileiro que permeia a reconstrução do fluxo transnacional em questão, para além de seus projetos econômicos, socialmente excludentes, com fins desenvolvimentistas. Ou seja, será importante ressaltar o caráter multifacetário das manifestações sócio-políticas no Brasil daquela época, para que se discuta, diante desse pano de fundo histórico, algumas das problemáticas relevantes dessa reconstrução do fluxo transnacional do símbolo da igualdade americana para o Brasil. Isso porque se acredita que a partir da imersão do educador Anísio Teixeira no contexto democrático norte americano, ele tenha se inspirado no seu símbolo da igualdade e sua base organizacional, a educação, trazendo posteriormente desse contexto democrático para o Brasil, a sua proposta para as novas bases educacionais do nosso sistema.

A partir da reconstrução desse fluxo transnacional será explorada a importância que o pensamento do educador Anísio Teixeira teve sobre as bases do sistema educacional brasileiro, analisando sua interpretação acerca do pensamento filosófico teórico da Democracia Liberal Americana, assim como o alcance que essa interpretação teve na prática, no movimento social da Escola Nova no Brasil em 1930.

Por isso, a questão que se coloca refere-se à interferência que o pensamento filosófico teórico da Democracia Liberal Americana teve no pensamento do educador brasileiro Anísio Teixeira no processo prático que ele vivenciou para tentar estabelecer algumas das bases do sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, destaca-se um outro ator sócio-político, o filósofo e pensador John Dewey, que, inspirado pelo movimento do pragmatismo e sendo parte dele, definiu a Democracia Liberal Americana estabelecendo-a enquanto pensamento filosófico teórico.

Será relevante ao desenvolvimento dessa pesquisa a originalidade com a qual pretendo realizá-la. Isso porque se trata de um objeto muito conhecido, porém pouco entendido, que é a Democracia Liberal Americana e os alcances que seus símbolos e códigos tiveram em outros países imbuídos do objetivo de incentivar a construção de nações, conjuntamente com a idéia de Estado, reconstruindo o sentimento de cidadão e sua noção de pertencimento. Nesse contexto a originalidade do processo é apresentada de maneira distanciada da discussão estereotipada que se dá no continente americano e que perdura na imagem dos Estados Unidos como apenas um complexo industrial militar imperialista.

Deve-se pontuar que a existência de interesses norte-americanos subjacentes nesse processo não será o foco da discussão, ou seja, não cabe aqui debater os interesses e os ganhos no cenário internacional esperados pelos Estados Unidos diante de países em desenvolvimento. Assim como não será explorada a vantagem sócio-política que Getúlio Vargas, o presidente do Brasil naquela época, tinha nesse contexto. Foi ele quem levou o país do seu plano arcaico para o seu plano de nação, do plano agro-exportador para o plano moderno, processo esse que refletia de maneira direta o contexto histórico do pan-americanismo. Este por sua vez fundamentava-se na conhecida doutrina do destino manifesto, sendo esta essencial na elaboração do mito americano. Este mito tinha como missão espalhar os verdadeiros sentimentos da América, dentre eles as noções de democracia e igualdade, que

tornavam os Estados Unidos um lugar “perfeito”, compreendendo, portanto suas intervenções no cenário internacional como uma tentativa de espalhar tal “perfeição”.

Muitas vezes o interesse norte-americano em exportar seus valores, sobretudo através dos seguidores de suas elites intelectuais, a exemplo do educador Anísio Teixeira, promove uma certa insegurança e às vezes até desconfiança no cenário internacional entre os Estados envolvidos nesse processo e que se predispõem a absorver os valores em questão. Isso porque esses Estados cujas políticas são de menor escala, quando expostos ao cenário internacional, vivem o receio de sofrerem uma absorção cultural incondicional e irrestrita por parte da política de maior escala.

Porém a realização dessa pesquisa pretende discutir a forma como o educador Anísio Teixeira, imerso no processo democrático e no contexto da igualdade americana, por ter vivido o fluxo transnacional deste símbolo, assim como, ter convivido diretamente com esse contexto, procura introduzir no Brasil essa realidade, através do sistema educacional, que este acredita ser um veículo de divulgação de valores e, portanto, de conformação de identidades corroborando mais uma vez as noções democráticas americanas. Dessa forma, ainda que estejamos cientes da existência do contexto como um todo, a exploração particularizada dos interesses subjacentes de ambos os lados extrapola o recorte da pesquisa.

Será importante em primeiro lugar desenvolver uma contextualização histórica e descritiva do próprio surgimento da democracia na América, buscando entender as causas e discutir as heranças trazidas pelas 13 colônias a esse processo de democratização da região. Será demonstrado sob um viés construtivista a partir de quais estruturas os Estados Unidos construíram seu ambiente democrático.

Em segundo lugar, será importante fazer uma categorização analítica da Democracia Liberal Americana, definindo-a e destacando o seu símbolo da igualdade e os significados e significantes que este produz, procurando, dessa forma, reconstruir o pensamento filosófico

teórico da Democracia Liberal Americana do século XX, que continha as noções bases que orientavam a prática democrática na América, inspirado pelo movimento filosófico do pragmatismo. Essa reconstrução implicará na aplicabilidade terminológica e semântica da teoria dos Movimentos Sociais assim como da Teoria dos Símbolos, ambas das Ciências Sociais.

Em terceiro lugar será explorada a própria configuração histórica brasileira, assim como sua herança colonial, com o intuito de fornecer e enumerar todos os elementos constitutivos da estrutura sócio-política brasileira, para que se compreenda de maneira mais efetiva os desafios e os alcances que couberam ao fluxo transnacional do símbolo da igualdade da democracia liberal americana para o Brasil naquela época.

Em seguida será mapeado o processo de divulgação no cenário internacional das idéias da Democracia Liberal Americana enquanto pensamento filosófico teórico, a partir do movimento cultural ou ideológico do pan-americanismo. Nesse contexto será demonstrado, sob o ponto de vista ontológico construtivista, como os Estados Unidos refletem seu conhecimento no cenário internacional. Dessa forma estará sendo reconstruído o fluxo transnacional das idéias da Democracia Liberal Americana embasado pela terminologia e semântica da teoria construtivista em Relações Internacionais.

Uma vez reconstruído esse fluxo transnacional, vem à tona a participação do educador Anísio Teixeira nesse processo, cuja ida aos Estados Unidos estaria diretamente relacionada com a própria política pan-americanista. Dessa forma será reconstruído seu pensamento acerca da Democracia Liberal Americana para explorar o que ele realmente entendia em relação a esse pensamento filosófico teórico, assim como para explorar qual interpretação que ele fazia do símbolo de igualdade desse pensamento. Nesse contexto, serão discutidos a própria questão semântica da palavra igualdade e o quanto e como o significado de uma

determinada palavra se subjugava à cultura em questão. Discussão essa que será embasada pelas noções da Teoria dos Símbolos.

Para o efetivo mapeamento do fluxo transnacional mencionado, será necessário ressaltar que o Brasil conviveu com um fluxo de imagens e idéias concatenadas, provenientes dos termos do Iluminismo desde o século passado. Os termos em questão incluíam liberdade, bem-estar, os direitos, a soberania, a representação e o tema fundamental da democracia. Sabe-se, porém, que a narrativa iluminista fora construída a partir de uma lógica de coesão interna dos seus termos, que refletia e se permitia assim ser devido ao contexto sócio-político e econômico no qual se encontravam inseridos a Europa e os Estados Unidos.

A difusão pelo mundo inteiro dessa narrativa comprometeu sua coesão interna, que se tornou cada vez mais flexível ao novo habitat no qual se inseria e à sua cultura correspondente. Dessa forma, a narrativa em questão passava a se organizar em torno de palavras-chaves que envolviam tanto problemas de ordem semântica quanto de ordem pragmática. Os problemas semânticos refletiam as dificuldades de tradução das palavras-chaves de contexto para contexto nesses movimentos globais, enquanto que os problemas de ordem pragmática remetiam-se ao fato de que essas palavras-chaves estariam submetidas a um conjunto de convenções contextuais particularizados, difundindo as possibilidades de interpretação dessas palavras nas mais variadas direções e dimensões. O Brasil é um país bastante representativo dessa problemática podendo-se inclusive identificar a convivência estratégica de preceitos da ordem liberal com a prática da escravidão, em um discurso adaptado ao nosso contexto e segundo nossos interesses, assim como o dilema da implementação dos termos da igualdade tais quais nos Estados Unidos segundo o pensamento filosófico teórico da Democracia Liberal Americana no século XX.

Dessa forma será explorado o processo de implementação das idéias do pensamento filosófico teórico da Democracia Liberal Americana, devidamente interpretado e alocado

diante das condições sócio-políticas brasileiras, a partir do movimento social prático da Escola Nova de 1930. Considerando-se tanto naquela época, como ainda hoje, o sistema educacional o veículo de melhor divulgação e conformação do que se conhece como capital humano.

*O indicador básico da socialidade
cívica é a vibração da vida
associativa.*
Tocqueville

CAPÍTULO 1 – A história da democracia liberal americana e sua categorização analítica

Sabe-se que dentre os diversos aspectos sociais observados por Tocqueville¹ (1998), no processo de formação dos Estados Unidos, nenhum deles lhe chamou mais a atenção que a igualdade de condições. Entendida como um importante símbolo da democracia liberal americana, a igualdade constrói em torno de si uma convenção sócio-política, que atribui significados à vida e à opinião pública nos Estados Unidos assim como delimita a atuação de distintos papéis sociais. Estes significados por sua vez habitam o espaço entre as estruturas que modelaram o símbolo, e a prática deste.

A democracia liberal americana tal como entendida atualmente pôde desfrutar da amplitude desse símbolo da igualdade no seu processo de construção. A igualdade que se estendia para além dos costumes políticos e das leis, permitia que florescesse nos Estados Unidos, o tema fundamental da democracia que nasceu na Europa a partir do discurso Iluminista. Este discurso correspondia a uma concatenação de ideais de termos e imagens que refletia o contexto social, político e econômico da Europa, onde fora construída a narrativa Iluminista.

Com base nessa narrativa, devidamente apropriada pelos imigrantes que vinham expulsos da Inglaterra para a América em seu processo de colonização, inicia-se a construção de uma nação que mantém para si a coesão interna entre os termos e os elementos da narrativa Iluminista, que além do tema fundamental da democracia, era constituída pelas noções de liberdade, representação, bem-estar, direitos e soberania. Segundo Appadurai (2001), essa

¹ Tocqueville foi considerado por muitos cientistas políticos, o maior estudioso de sua época da democracia na América. Ele era um republicano, aquele que acredita na governança pelo bem comum, e também um democrata, acreditando ser esta a forma de governo mais adequada, imbuída de um importante elemento associativo que seria a virtude cívica.

coesão interna fora construída a partir de uma certa lógica que pressupunha um relacionamento entre a interpretação dos termos, suas representações e a esfera pública.

Outras regiões, colônias e futuras nações também tentaram se apropriar da narrativa Iluminista para construção de seu ambiente social, político e econômico, porém em sua grande maioria, eles foram incapazes de preservar a coesão interna dos termos dessa narrativa. Nessa medida, como cita Appadurai (2001), tais países conviveram com problemas de ordem semântica e pragmática dos termos, porque os dissociaram em distintos elementos, isolando-os e dando-lhes interpretações que distorciam seus alcances e sua eficácia no que diz respeito às suas representações na esfera pública. Diz –se que estes termos estiveram então sujeitos a um conjunto de convenções contextuais muito diferentes, sendo estas por sua vez responsáveis por suas traduções em políticas públicas.

Diante desse contexto, o entendimento e, assim, a prática, acerca de determinados termos da narrativa Iluminista, variaram de um país para o outro. Nos Estados Unidos, houve um ambiente propício à manutenção da coesão interna dos termos dessa narrativa², que pôde ser explicado pela natureza ideológica daqueles imigrantes ingleses que na América chegavam, assim como pelos projetos que eles tinham para construção de uma nação que refletia a necessidade de se garantir a liberdade e a igualdade dos homens em relação àquilo que na Inglaterra era o motivo das perseguições das quais eram vítimas.

A grande maioria daqueles que vieram para a América eram perseguidos religiosos na Inglaterra, e, portanto associavam aos seus projetos sociais e políticos para aquela nova terra uma missão divina marcada pela necessidade da sobrevivência e o desejo de fortalecimento. É nessa medida que eles reconheciam a igualdade como uma realidade providencial, sendo ela universal, durável, intocável pela interferência humana, na medida em que todos os

² Os Estados Unidos foi ainda influenciado por um importante teórico político do Iluminismo: Montesquieu que liderava uma das três principais correntes de opiniões da época, a dos parlamentaristas. Nessa medida que a constituição americana foi o primeiro documento a colocar em prática o princípio da separação de poderes por ele defendido por mais de um século.

acontecimentos, assim como todos os homens, serviriam ao seu desenvolvimento. Mais tarde, ainda associada ao seu projeto religioso, as noções e práticas da igualdade americana, assim como seus termos, são divulgados ao mundo orientados pela doutrina do destino manifesto. Ou seja, a nação que se ergue na América se vê com a obrigação - ou destino manifesto, cuja conotação é religiosa - de levar às outras nações seu modelo de organização para garantir uma vida social, política e econômica melhor a esses lugares. O projeto de colonização das treze colônias possuía o caráter religioso missionário daqueles que chegavam à terra entendida por eles como prometida.

O protestantismo que teve sua origem no movimento da Reforma do século XVI dividiu-se em diversas ramificações sendo uma delas o puritanismo. Essa era a religião da maioria dos imigrantes vindos da Inglaterra para a América. O puritanismo fundamentava-se em questões como a predestinação, e pregava o culto à Bíblia. Tal ramificação do protestantismo surgiu em 1564 quando alguns membros da igreja anglicana se revoltaram contra os católicos. O puritanismo se inspirou no calvinismo, outra ramificação do protestantismo, e também no presbiterianismo. Os puritanos fugiram da Inglaterra, perseguidos pela Alta Comissão Eclesiástica, para a América do Norte, na qual difundiram seus fundamentos. Adiante se discute com maiores detalhes, que tais fundamentos inspiravam e, portanto coincidiam com o projeto de nação desses imigrantes que acreditavam na austeridade da vida, em que a prosperidade dos negócios seria um sinal da escolha divina daquele povo missionário em uma terra prometida. Mais tarde, na Inglaterra, essa doutrina contribui para a formação de uma burguesia capitalista e a expansão do regime parlamentarista.

Ao orientarem sua conduta pelo princípio da igualdade os imigrantes acreditavam que dessa forma o corpo social por eles organizado teria estabilidade, poder e, sobretudo, glória. Sendo assim, segundo Tocqueville (199) na América se confundem as classes, abaxam-se as

barreiras levantadas entre os homens, dividem-se os domínios, partilha-se o poder, propagam-se a luzes. Ou seja, ao verem nesse processo como um todo a providência divina atuando em resposta aos esforços de promover a igualdade em prol da necessidade de sobrevivência e fortalecimento, os imigrantes se imaginavam reconhecidos por uma divindade nesses seus projetos. Além disso, através desse processo, igualavam-se os intelectos, o estado social tornava-se democrático e afinal, pacificamente, estabelecia-se o domínio da democracia nas instituições e nos costumes.

Numa sociedade na qual todos considerassem a lei como sua própria obra, haveria amor e submissão de bom grado a ela. Num estado democrático construído dessa maneira a sociedade não seria imóvel, ou seja, nela os movimentos do corpo social poderiam ser regulados e progressivos. Por isso diz Tocqueville (1998) que a América foi o único país no qual se pode assistir ao crescimento natural e tranqüilo de uma sociedade e no qual foi possível distinguir precisamente a influência exercida pela origem sobre o futuro dos Estados. Sendo assim é importante examinar a herança que as treze colônias deixaram aos Estados Unidos e como que elas, ainda que indiretamente, por serem apenas colônias, já o constituíam. Segundo Tocqueville (1998) os povos guardam sempre as marcas da sua origem, as circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência.

Os povos que na América chegaram naquela ocasião traziam consigo algumas das querelas religiosas que agitavam o mundo cristão da época. O caráter do ser humano em geral passava de grave e reflexivo a austero e argumentativo. Ou seja, o caráter passivo da condição humana é substituído pela capacidade ativa do homem de construir e definir seu próprio destino e vida, controlando seu progresso social, político e econômico, assim como sua evolução espiritual a partir de um processo consciente embasado na produção do

conhecimento e da reflexão. A instrução das pessoas crescia em meio ao contexto de batalhas intelectuais.

Além disso, as colônias européias continham, quando não o desenvolvimento, o germe de uma completa democracia, e isso se devia primeiramente ao fato de que, de modo geral, ao partirem de sua pátria, os imigrantes não tinham qualquer idéia de superioridade de uns sobre os outros. Segundo Tocqueville (1998), não são os felizes e os poderosos que se exilam, mas sim pessoas em condições de pobreza e infelicidade, e ademais se sabe que estas são as melhores garantias de igualdade. É importante ressaltar que a condição de pobreza a qual se refere Tocqueville (1998) reflete em primeiro lugar o desprovemento de recursos de sobrevivência que acompanha os imigrantes que vieram para o Novo Mundo, assim como reflete o status social pouco valorizado que eles ocupavam na sociedade européia por não receberem o devido reconhecimento e valor, muitas vezes de cunho social, em relação às suas atividades, diante da perseguição e discriminação que sofriam em relação à opção religiosa que tinham.

Sabe-se também que o solo norte americano repelia categoricamente a aristocracia territorial. Em contrapartida, verificou-se que senhores tradicionais se transferiram para as colônias de nações como Portugal e Espanha, por exemplo, e ali fizeram leis destinadas a estabelecer uma hierarquia gradual.

Viu-se que para desbravar aquela terra rebelde, eram essenciais nada menos que os esforços constantes e interessados do próprio dono. Preparado o terreno, verificou-se que os seus produtos não chegavam a ser bastante grandes para enriquecer ao mesmo tempo o proprietário e o agricultor. Por isso mesmo, a terra fragmentou-se em pequenos domínios que o proprietário cultivava sozinho. Ora é à terra que se prende a aristocracia, e ao solo que ela se liga e se apóia; nunca são privilégios apenas que a estabelecem, não é o nascimento que a constitui, mas a propriedade do solo, hereditariamente transmitida. Uma nação pode apresentar fortunas imensas e grandes misérias; se, porém, essas fortunas não chegam a ser territoriais, vêm-se no seio dela pobres e ricos; não existe, a bem dizer, a aristocracia. (TOCQUEVILLE, 1998, p.31).

Todas as colônias inglesas, na época de seu surgimento, tinham entre si uma extraordinária semelhança, todas desde o princípio estavam destinadas a oferecer um terreno propício ao desenvolvimento da liberdade, sendo esta uma liberdade burguesa e democrática, ao contrário do que viviam outras colônias que experimentavam “liberdades” aristocráticas. Tais “liberdades” estavam presas às condições e à maneira como as terras eram distribuídas nas colônias da América Latina. Nesse contexto a distribuição de terras constituiu-se em um problema vigente até os dias de hoje e o Brasil é um país que ainda não conseguiu implementar seus projetos de reforma agrária que são, por sua vez, desenvolvidos de maneira insatisfatória.

Isso porque a existência de uma aristocracia pressupõe a posse de terras que vincula a ela a liberdade das pessoas, tolhendo aquelas pessoas desprovidas da posse de terras de atuarem em determinados contextos sócio-políticos ocupando distintos papéis sociais. A terra tornou-se um requisito de status e competência intelectual desvalorizando o papel social daqueles que mais tarde seriam reconhecidos como burgueses, que viviam nos burgos e se dedicavam principalmente ao comércio.

Nos Estados Unidos a questão da distribuição das terras refletia um direito à igualdade de sobrevivência, competia a todos o direito de cultivar seus alimentos de subsistência. O projeto de igualdade e de liberdade da nação que viria a se constituir não admitiria tolher a liberdade do homem prendendo-o a terra, uma vez que esta era, por direito de igualdade à sobrevivência e ao fortalecimento, de todos. Dessa forma, a igualdade, assim como a liberdade democrática, que foram alcançadas nos Estados Unidos, refletem o perfil sócio-econômico do imigrante, naquilo que se refere à sua formação intelectual – que adiante será explorada com maiores detalhes, assim como a competência administrativa dos imigrantes no que concerne a distribuição de suas terras, vinculadas à própria sobrevivência e fortalecimento daqueles que ali chegavam.

A lei de sucessões, aplicada na colônia, estabeleceu a partilha igual das terras, destruindo a ligação íntima que pudesse existir entre o espírito da família e a conservação da terra. Dessa forma, retirou-se o grande interesse sentimental dos proprietários rurais sobre a terra, afastando-os das recordações e do orgulho que ali lhes prendia. Aumentou-se, em contrapartida, o interesse pecuniário em relação às terras e passou-se a ter lucros maiores com os capitais mobiliários.

Ainda que bastante semelhantes algumas diferenças se faziam relevantes entre as treze colônias. Ao Sul dos Estados Unidos proprietários únicos, auxiliados por escravos, podiam cultivar grandes extensões de terra, em ricas propriedades rurais, mais produtivas e atraentes, porém não se observava uma influência precisamente aristocrática, como aquela observada na Europa. Estes proprietários não possuíam privilégios e a escravidão não lhes oferecia absolutamente a mesma condição posteriormente observada em outras colônias. Na verdade estes acabavam por se sentirem menos donos dos escravos e mais seus patrões. Estes grandes proprietários mais tarde foram importantes na Revolução Americana, tornando-se, em muitos casos, os seus maiores chefes no processo de conformação de relevantes ações políticas.

A relação entre as colônias do Norte e do Sul, que após a revolução de 1776 e às vésperas da guerra de secessão se denominavam os Estados da União e os Estados Confederados, respectivamente, não foi tão homogênea quanto poderia se consideradas as diversas semelhanças de idéias entre elas. A guerra de secessão demonstrou a insatisfação de uma parcela significativa da população americana, além de representar para os preceitos democráticos americanos uma dificuldade fatídica de sua implementação no que concerne à divulgação homogênea de valores como da igualdade e da liberdade. A vitória dos Estados da União representou um triunfo das idéias democráticas, que, porém, nem sempre atingiram de maneira tão igualitária na prática, quanto na ideologia, todos os povos que compunham os

Estados Unidos. Ainda que a escravidão existente nas colônias do Sul tenha sido diferenciada em relação a outros processos de escravidão, principalmente se comparados à escravidão nas colônias da América Latina, a grande importância dessa diferença residiu maciçamente na maneira de se processar a escravidão, fazendo pouca diferença para a discussão acerca da inclusão do negro na sociedade americana, não competindo a ele os mesmos direitos dos brancos protestantes, ocupantes maciços das ex-colônias do Norte.

Sendo assim talvez pouco tenha adiantado desfrutar de um processo escravista tão distinto e menos massacrante, isso porque no cerne da inclusão social, os Estados Unidos até hoje vive problemas raciais que atestam não só contra negros, mas também contra imigrantes, realidade contemporânea, que também coloca em questionamento a prática da democracia. A perseguição e discriminação de negros ficou claramente atestada nos Estados Unidos com a criação dos organismos do Ku Klux Klan que inclusive foi comparado por muitos a práticas nazistas. Isso porque o Klan tinha por objetivo exterminar negros, judeus e em geral pessoas que não fossem da raça branca em prol de assegurar aos Estados Unidos um americanismo puro, tal purificação de raça foi também sugerida e aceita por klans racistas na Alemanha. Os movimentos desses klans racistas eram semelhantes também no que dizia respeito à denominação jurídica que ambos os países davam aos não considerados da raça branca como sendo sub-homens, em inglês “under man”.

O retrato da parcialidade da democracia americana residiu também nas violências policiais que eram especialmente abusivas contra negros e hispanos. Os policiais se viam eximidos de qualquer responsabilidade em decorrência do cumprimento do seu dever. Este fato dificultou durante muito tempo a determinação de punições para tais casos diante de uma dificuldade de distinguir a violência dos criminosos daquela dos defensores da lei e da ordem. Diante desse quadro algumas das propostas estabelecidas pelo Human Rights Watch incentivaram os Estados Unidos a: condicionar um apoio federal aos departamentos de polícia

em forma de relatórios regulares sobre o uso excessivo de violência física e melhorias na fiscalização e disciplina; estabelecer sistemas de precaução que identifiquem policiais "de risco" e remova aqueles que cometem abusos; oferecer financiamento adequado e apoio político para órgãos externos de fiscalização; empregar promotores especiais em cada estado para atuar em processos criminais contra policiais.

Diante desse contexto e segundo o argumento que vem sendo construído, é importante pontuar que como todo regime político, a democracia americana não pretende alcançar uma perfeição prática que reflita em todas as circunstâncias seus valores e sua ideologia. Regimes políticos são naturalmente suscetíveis a diversas falhas que refletem a incapacidade de se realizar um controle forçado das variáveis que os compõe. Dessa forma não cabe discutir o grau de perfeição de um determinado regime político como, por exemplo, a democracia americana, ao contrário deve-se discutir sua aplicabilidade, ressaltando que as falhas podem ser corrigidas, como acontece atualmente nos Estados Unidos com o sistema de cotas para negros nas universidades. Esse sistema tem o objetivo de corrigir uma desigualdade que compromete a prática do símbolo da igualdade da democracia americana naquilo que diz respeito ao fornecimento de oportunidades para muitos.

Sendo assim o caráter exemplar da democracia americana não pode ser julgado unilateralmente pelas falhas endógenas, ou seja, próprias do regime, que refletem um desconhecimento natural da realidade por completo e uma impossibilidade de se controlar todas as variáveis envolvidas, como nas ciências naturais, se considerada a vontade própria de nossos átomos³. Dessa forma o mérito da construção ideológica de uma democracia nos Estados Unidos prevalece e se comprova através dos valores de suas instituições. A própria capacidade da democracia americana de detectar falhas em relação à aplicabilidade de seu

³ Através de tal comparação pretendo ressaltar que comportamentos dos organismos do Ku Klux Klan assim como procedimentos que acarretam em violência policial, não podem implicar em uma condenação global dos Estados Unidos. Tais comportamentos configuram-se em desvios sociais não representativos da vontade e intenção de todos e como todos desvios são condenados e corrigidos pela prática democrática, prevalecente nos Estados Unidos, muito mais representativa da vontade e intenção de todos.

sistema, demonstra o quanto esta é fortemente construída a partir de embasamentos teóricos satisfatórios que lhe permitem uma autocrítica em prol da correção de determinadas falhas na busca pela aproximação constante entre a ideologia e a prática.

Os imigrantes que foram viver na América pertenciam às classes mais independentes da metrópole e dessa forma, nessa nova sociedade que se constituía não se encontravam grandes senhores, nem um povo, por assim dizer, caracterizados por ricos ou pobres. Eram na verdade intelectuais que haviam recebido uma educação avançada e que, portanto, deveriam ser reconhecidos na Europa por seus talentos e produção científica. Por isso diz-se que a igualdade dos povos que chegaram na América exilados se estendia até certo ponto às próprias inteligências. A multidão que se formava na colônia era composta por indivíduos que tinham o mesmo número de noções mais ou menos iguais em matéria de religião, história, ciências, economia, política, legislação e governo. Acontecia na América um fenômeno raro, nela os homens se mostravam iguais não só pela sua fortuna mas também pela sua inteligência. As conseqüências de tal situação social facilmente se expandiam para o contexto político e se refletiam nas leis e na construção de um aparato responsável pela publicização da administração do “estado”, que mais tarde se transformaria em um eficiente e complexo corpo burocrático.

Nesse contexto essas pessoas levavam consigo para a América admiráveis elementos de ordem e moralidade. Por outro lado houve uma migração familiar para os Estados Unidos, diferentemente dos aventureiros sem famílias que se instalaram nas colônias da América do Sul. Acima de tudo, os imigrantes das treze colônias se concentraram nos projetos de nação que tinham para aquela nova terra, pois passaram ao Novo Mundo a fim de ali melhorar a sua situação, aumentar suas riquezas. Nesse sentido, segundo Tocqueville (1998) estes imigrantes pretendiam fazer triunfar uma idéia, aquela que eles tinham de país, de nação.

Como já mencionada, a religiosidade dos imigrantes que na América chegaram foi um fato também bastante determinante. A maioria dos imigrantes eram os chamados puritanos, perseguidos pelo regime político inglês, uma vez que o puritanismo era em diversos aspectos confundido com as teorias democráticas e republicanas mais absolutas. Sendo assim os imigrantes que chegavam às treze colônias, e que se denominavam peregrinos, buscavam a prática livre da sua religiosidade, para viverem à sua maneira e rezarem a Deus em liberdade. Eles se sentiam como um grande povo que vai buscar a sorte em outras terras, como que uma semente de Deus sendo plantada em uma terra considerada por eles predestinada.

O puritanismo era uma teoria política quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Diante desse contexto, ao desembarcarem no Novo Mundo, os peregrinos escreveram o seguinte ato:

EM NOME DE DEUS. AMÉN. Nós, cujos nomes se acham abaixo, leais súditos de nosso temido Soberano Senhor Rei James, tendo empreendido para a glória de Deus, propagação da Fé Cristã e honra de nosso Rei e país, uma viagem para plantar a primeira colônia das partes setentrionais da Virgínia, ajustamos solene e mutuamente, na presença de Deus e de nós próprios, pelo presente, e combinamos formar um corpo político civil, para a nossa melhor ordem e preservação e melhor desempenho dos fins supranacionais; e em virtude do ajustado, concordamos em formular, constituir e promulgar com igualdade, tais leis, ordenações, atos, constituições e cargos que sejam considerados os mais adequados e convenientes para o bem geral da Colônia; ao que tudo prometemos toda a devida submissão e obediência. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 35)

É interessante ressaltar que diante das mais sólidas monarquias européias florescia nos Estados Unidos, uma democracia pura e com alcances antes jamais conseguidos. Além disso, observa-se uma interferência produtiva da doutrina religiosa puritana no seu ambiente sócio-político. Não que coubesse à igreja a competência política como em muitas monarquias européias, mas fundamentava-se, porém a prática e a atividade política em comportamentos orientados segundo preceitos religiosos que se tornavam inspirações ideárias das instituições políticas que então surgiam.

Na América havia poucos ricos, ou seja, eles não se definiam tão precisamente, como na Europa, enquanto classe. Sendo assim, os povos que ali chegavam sentiam grande necessidade de exercerem uma profissão que pressupusesse um aprendizado intelectual, ainda que não dependesse de uma cultura geral da inteligência. A maioria das pessoas que ingressavam em carreiras profissionais dedicavam-se a elas como se fossem ciências práticas e aplicativas. Diante desse contexto, surge, mais tarde, nos Estados Unidos uma filosofia científica que herdou desse processo a crença de que estaria na prática o significado e a verdade de qualquer idéia. Essa filosofia se constituiu em um movimento conhecido como pragmatismo, que foi desenvolvido enquanto movimento filosófico reconhecido, nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX. O pragmatismo foi uma expressão moderna do empirismo.

O movimento filosófico do pragmatismo herdou muitas idéias e conceitos que permeavam a convivência socioeconômica nas treze colônias. A própria perspectiva da democracia liberal, que se constituía nos Estados Unidos naquela época, refletia muitas vezes uma questão de ordem prática e de necessidade de sobrevivência, muito mais que um arcabouço ideológico minuciosamente pensado e planejado para tal. Ou seja, é importante ressaltar o caráter prático e aplicativo, herdado pelos imigrantes da própria postura inglesa, que organizou e estabeleceu critérios de liberdade e igualdade em prol de uma convivência social pacífica, ao contrário da realidade de perseguições, especialmente religiosas, que viviam na Europa, e em prol da construção de um Estado. Este serviria de arena burocrática à atividade política dos imigrantes, sem discriminá-la segundo a opção religiosa de cada um. É nesse momento que nos Estados Unidos decide-se pela não utilização da religião por parte do Estado como instrumento político manipulador de massas.

A separação entre Estado e Igreja, ainda que de maneira não declarada oficialmente⁴, atuava na prática, organizando as relações sóciopolíticas nas treze colônias. A estrutura social e religiosa se apoiava em pequenas comunidades eclesiais que tinham um caráter ora congregacionista ora presbiteriano, e se organizavam democraticamente, facilitando a própria expansão das colônias.

Essa separação herdou fortes influências do movimento da Reforma que foi, sobretudo uma revolta contra a hegemonia papal em uma tentativa de redescobrir as condições da vida cristã, em busca da emancipação do indivíduo para se tornarem melhores cristãos. Além disso, refletiu os ideários da Revolução Francesa, que apoiados nos símbolos da igualdade e da liberdade, fortaleciam a coesão da narrativa Iluminista da época, assim como exacerbava posturas e atitudes democráticas. O protestantismo liberal democrático dos imigrantes que chegavam nas treze colônias contribuiu para a tolerância religiosa ali desenvolvida que culminou no reconhecimento prático da necessidade de se separar o Estado da Igreja, em prol de uma liberdade religiosa e uma igualdade política, compatíveis aos ideais de nação que estes imigrantes tinham, e, acima de tudo, aplicável à situação vigente, que pressupunha a sobrevivência e o fortalecimento daqueles que ali chegavam.

Dessa forma, nos Estados Unidos a relação que a Igreja mantém com o Estado não ocupa o plano dos meios políticos, a política é um fim em si mesma que acaba tendo a religião como uma aliada na medida em que esta atua em prol da construção e do fortalecimento da fé das pessoas, contribuindo para a operacionalização da democracia no país, uma vez que, segundo John Dewey (1960), a fé no homem comum é um dogma do credo democrático.

Essa crença não terá fundamento nem valor, se não representar a confiança na natureza do homem, tal qual se apresenta ela, independente da raça, cor, sexo, nascimento, família e riqueza material ou cultural. Essa fé pode ser estabelecida em estatutos, mas ficará no papel, se não for posta em ação nas atitudes dos seres humanos entre si, em todos os acontecimentos e contatos de sua vida diária. (DEWEY, 1960, p. 330).

⁴ Esta separação entre Estado e Igreja foi declarada oficialmente nos Estados Unidos em 1785 na declaração de Madison, “Memorial e Protesto”.

Nos Estados Unidos existe a fé democrática na igualdade humana, sendo esta a crença de que cada indivíduo, independente da qualidade ou quantidade de seu talento pessoal, tem o direito a iguais oportunidades para desenvolver qualquer aptidão que possua. Existe ainda a crença democrática no princípio da liderança, sendo esta a fé na capacidade de todas as pessoas para dirigirem sua própria vida, livre de coerção e imposição alheia a partir de um ambiente apropriado com justas condições, fortalecidas em primeiro lugar no símbolo da igualdade da democracia liberal americana.

Por isso os americanos entendem a democracia como uma forma de viver controlada pela confiança no trabalho pessoal em conjunto. Ou seja, a democracia é a crença de que uma cooperação amigável seja um elemento essencial ao progresso e à própria convivência social em prol da vida e da sobrevivência. Mesmo quando as necessidades, os objetivos e as conseqüências são diferentes para cada indivíduo, no seu meio socioeconômico, a democracia enquanto regime político embebido dessas crenças⁵, se torna capaz de considerar as discussões, as controvérsias e os conflitos como entendimentos cooperadores. Nesse contexto os indivíduos inseridos em um regime democrático têm igual direito de se expressar e nessa medida opiniões contrárias se tornam um meio de enriquecer a experiência pessoal de cada um.

A partir do fortalecimento do Estado, enquanto sistema de coordenação da atividade política de uma nação, e de sua independência de pressupostos religiosos, desenvolve-se nas treze colônias os símbolos iniciais que constituiriam nos Estados Unidos mais tarde a atual democracia liberal que conhecemos.

A democracia liberal americana é singular porque nos Estados Unidos é o povo quem governa. Ou melhor, em um país onde o povo é quem designa as leis, indica seus

⁵ Segundo John Dewey (1960), a democracia é uma forma de vida pessoal controlada pela crença de seus indivíduos na natureza humana assim como pela sua crença na capacidade que os seres humanos possuem de julgar e agir inteligentemente toda vez que condições apropriadas lhes são fornecidas.

representantes escolhendo-os como forma de tê-los em sua dependência, é evidente que realmente o povo dirige o Estado e, embora a forma de governo seja representativa, as opiniões, os preconceitos, os interesses e mesmo as paixões do povo não encontram obstáculos suficientes que lhes desvie de uma prática democrática concreta na qual é a maioria que governa em nome do povo. Segundo Tocqueville (1998), essa maioria compõe-se principalmente de cidadãos pacíficos que, seja por gosto, seja por interesse, desejam sinceramente o bem do país.

Um homem compreende a influência que o bem estar do país tem sobre o seu próprio; sabe que a lei lhe permite contribuir para produzir esse bem estar; interessa-se pela prosperidade de seu país, a princípio como uma coisa que lhe é útil, depois como obra sua. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 182)

Por isso o bem estar geral favorece a estabilidade dos governos democráticos, isso porque eles se apóiam naqueles que estão mais expostos às necessidades e dessa forma quando o povo governa, ele se sente feliz e não constrói a pretensão de se colocar acima do Estado.

Nos Estados Unidos o mérito da atividade política do Estado reside nos governados e não nos governantes. Além disso, os homens mais notáveis nos Estados Unidos raramente são chamados às funções públicas, pois é o povo quem governa, e esse povo se fez surgir das dificuldades e da pobreza. Em geral a massa de cidadãos de um país desejam sinceramente o bem desse país, ao contrário, porém, das classes elevadas, as classes mais inferiores não confundem tal desejo com seus interesses pessoais. Por isso Tocqueville (1998) diz que é tão difícil conceber uma sociedade democrática onde todos os homens sejam esclarecidos e um Estado onde todos os cidadãos sejam ricos. Isso porque é impossível por mais que se queira, elevar os conhecimentos do povo acima de um certo nível. O que se faz em uma democracia liberal bem sucedida na prática e constituída sobre bases ideológicas convenientes é facilitar os princípios do conhecimento humano, melhorar seus métodos de ensino e colocar a ciência a preços acessíveis. A instrução dos homens, assim como, o desenvolvimento de suas

inteligências demandam tempo e esforços democráticos que assegurem a igualdade de tais processos.

É importante ressaltar, que o povo não governa sozinho, para tal seria preciso que o povo, de modo algum, se ocupasse de seus cuidados em relação à suas vidas materiais, e que, portanto não fossem em realidade o povo. O povo precisa então de representantes, isso porque diante da evolução da atividade política dos homens, que passa da esfera das cidades-estado para a esfera dos estados-nação, inviabilizasse a democracia direta e desenvolvem-se mecanismos e órgãos de representatividade. É nesse momento que surgem as instituições democráticas, organismos responsáveis pela representatividade do povo junto ao Estado no processo de intermediação de seus interesses.

Uma das grandes contradições da maioria das democracias, porém, reside na incapacidade de suas instituições de satisfazerem inteiramente a paixão do povo pelo princípio básico democrático da igualdade, isso porque as instituições acabam por criarem desejos e interesses próprios como um corpo físico independente. Ou seja, as instituições criam vontades próprias passando a operar segundo pressupostos do organismo em si.

Por isso as escolhas em uma democracia são de extrema importância: o sufrágio universal é o processo democrático capaz de sustentar seus instintos mais naturais como a liberdade e a igualdade. Através do sufrágio universal, as democracias tentam eleger pessoas que realmente sirvam a um determinado cargo público. É improvável que os homens que tenham demasiadas reservas em suas maneiras de conduzir e participar de atividades políticas assim como aqueles que tenham demasiada autoridade nos seus princípios, consigam reunir a maioria dos sufrágios em uma eleição.

Portanto as escolhas em uma democracia é que são capazes de corrigir sua própria contradição interna institucional, assegurando que ocupem seus cargos pessoas dignas de tais funções. Estas serão sempre atuantes, evitando que a instituição crie suas vontades e posturas

próprias para além do alcance e controle dos seus cargos públicos. Um outro recurso que acompanha tal processo é o princípio democrático da alternância de poder, ou seja, os erros ou as escolhas mal feitas precisam ser corrigidas e dessa forma o são através da alternância de poder.

Nesse contexto, segundo Tocqueville (1998), o perfil socioeconômico dos imigrantes que na América chegaram teve uma importante contribuição para a seriedade e a responsabilidade com qual eles faziam suas escolhas democráticas, onde os princípios da moral, da religião e da liberdade combinavam-se de maneira satisfatória, enfatizando a coesão da narrativa Iluminista com a qual estes imigrantes haviam convivido. O perfil do imigrante que chegava na América refletia, portanto um grau de esclarecimento e educação maior quando comparado a outras imigrações colonizadoras. Além dos imigrantes tirarem proveito disso no momento de suas escolhas, eles, a partir de um certo grau de civilização que alcançavam e através de seus conhecimentos, facilmente aprendiam com o passado e dessa forma a democracia liberal que ali se constituía tinha a faculdade de cometer erros reparáveis.

Nessa medida que a democracia americana é tão expressivamente valorizada, isso porque é capaz de corrigir suas falhas em prol de uma melhor aplicabilidade. A democracia liberal americana atual herdou do seu processo de colonização esta faculdade corretiva. Em um Estado democrático observa-se que se os governantes ao assumirem seus cargos públicos se tornam menos honestos e menos capazes, os governados, em contrapartida, diante de seus esclarecimentos, serão ainda mais vigilantes. O povo em uma democracia, ainda que ocupado incessantemente com seus negócios, é um povo ciente de seus direitos e, portanto impedirá que seus representantes se afastem das linhas gerais traçadas pelos interesses da maioria que representa o povo como um todo. Ou seja, a democracia desenvolve mecanismos também endógenos que serão responsáveis pela correção de suas falhas.

Em contrapartida, uma vez que a democracia requer uma constante participação e atuação popular, esta se torna menos ágil, possuindo reações que serão mais lentas frente a determinadas situações adversas, demandando inclusive mais tempo para se aplicar uma determinada correção. Segundo Sartori (1979) a democracia é um jogo de regras certas, porém com resultados incertos e a reversão de resultados indesejados é inapropriada, pois além de ser lenta implica sempre em extensas mudanças estruturais. Independente, porém das dificuldades que uma democracia pode ter para corrigir seus erros, a democracia liberal americana jamais recusou oportunidades de mudanças ainda que estas dependessem de uma extensa mobilização social e acarretassem no surgimento de novas estruturas.

Nem todos os erros em uma democracia serão reparáveis, isso porque muitos deles não comprometerão as finalidades das atividades políticas democráticas, e sim a maneira pela qual essas atividades se organizaram em prol de uma determinada finalidade. Sendo assim, estes erros não fazem surgir uma tendência hostil aos interesses e à vontade da maioria. Estes erros serão entendidos e vistos como ações desviadas passageiramente e que não comprometerão a tendência geral das leis democráticas, que ainda serão vistas como as mais convenientes para se fazer uma sociedade prosperar.

A democracia americana fortaleceu-se sobre três pilares: um projeto de federação que os americanos adotariam, o que permitiria a União desfrutar do poder de uma grande república, assim como da segurança devidamente compartilhada e organizada de uma pequena república, as instituições comunais que, ao mesmo tempo em que moderam o despotismo da maioria, dão ao povo o gosto da liberdade, e a constituição do judiciário que tem nos tribunais a capacidade de corrigir os descaminhos da democracia.

Nesse contexto surge um importante suporte teórico, o pragmatismo, conseqüente até mesmo da eficaz operacionalização dos três pilares apresentados acima e da democracia liberal americana que se fortalecia. Nessa medida o pragmatismo contribuiu fortemente para a

definição e categorização analítica da própria democracia liberal americana. Isso porque a partir de tal movimento a democracia liberal americana pôde ser entendida e estruturada segundo um viés prático enunciado pelo pragmatismo como sendo um exercício da atitude empírica. Quando aplicado em um contexto democrático, o método pragmático corresponde a uma maneira de organizar estrategicamente interesses distintos para que a disputa entre eles não sejam intermináveis. Isso porque o método tenta interpretar cada noção e linha de interesse traçando as suas conseqüências práticas respectivas.

Nessa medida, a fim de que a construção teórica do pragmatismo se concretize na prática e seja eficaz, seu método precisa afastar-se de premissas filosóficas tradicionais que super valorizam o abstrato, os princípios firmados em seus sistemas fechados, assim como as pretensões ao absoluto, para que dessa forma o método pragmático valorize mais intensamente o concreto e os fatos.

O método pragmático significa “*a atitude de olhar além das coisas, dos princípios, das ‘categorias’, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, conseqüências, fatos*”.(JAMES, 1979, p. 21).

Nesse contexto empírico cabe ao pragmatismo estabelecer seu conceito de verdade, para que, através da aplicabilidade metódica de sua teoria, conserve-se o discernimento em relação ao quão próximo da realidade seu método realmente se encontra. Segundo James (1979), o pragmatismo entende por idéias verdadeiras aquelas que são plausíveis de assimilação, validação, corroboração e verificação. Dessa forma as idéias se fariam verdadeiras segundo os acontecimentos que as circundam, pois a própria verdade é de fato um processo, uma seqüência de verificações e validações.

Nessa medida, a influência do pragmatismo na conformação e estruturação da democracia liberal americana permitiu que, a partir de seu método, as idéias e símbolos da democracia se conduzissem à prática nos fatos e acontecimentos concretos, sendo estes

responsáveis por garantir as arenas necessárias à participação popular. Além disso, a atividade política desempenhada pelo povo através de sua participação, refletia a necessidade que as idéias democráticas tinham de se materializar da maneira mais condizente e eficaz possível, assegurando a validade e corroboração das idéias democráticas a partir de suas conseqüências práticas que determinam a verdade da atividade política desempenhada.

Em um regime democrático cuja participação social é essencial, na medida que o povo é quem governa, o sistema de educação formal é um importante veículo, capaz de difundir e divulgar os pressupostos democráticos a fim de que as novas gerações compartilhem da mesma habilidade de governar enquanto povo e estejam aptas a se candidatarem com seriedade e veracidade aos mais diversos cargos públicos.

O sistema educacional formal possui diversos projetos responsáveis pela administração estratégica do sistema em prol da conformação de papéis sociais que possam atuar satisfatoriamente em diversas arenas da atividade política. Esses projetos são entendidos, portanto, como movimentos sociais por serem encarregados de assegurarem a prática política dos cidadãos, no caso, a prática da democracia, via veículo educacional, e também a aplicabilidade de um determinado pensamento filosófico, o pragmatismo.

Segundo John Dewey (1960), a educação formal é essencial à transmissão de todos os valores, práticas e etc., necessários à sobrevivência de uma sociedade complexa. Uma associação social meramente informal não poderia oferecer o mesmo alcance explicativo e aplicativo que a educação formal, restringindo as gerações futuras à prática e ao conhecimento apenas do trabalho dos mais velhos. As escolas são meios intencionais que carregam consigo os estudos como elementos explícitos que tornam as mais diversas experiências acessíveis aos jovens.

Em sociedades democráticas, nas quais os interesses se interpenetram mutuamente, a educação se torna essencial e de maior interesse de todos, na medida em que esta é

responsável pelo registro e posterior divulgação cognitiva dos símbolos de diversos pensamentos filosóficos teóricos, que assegurarão dentre outras coisas o fortalecimento do próprio regime político em questão, assim como incentivará, através de um satisfatório conhecimento sobre o regime, uma prática cada vez mais próxima, da realidade, dos ideais daquele regime.

Além da intensa divulgação e circulação dos símbolos e códigos da democracia liberal americana dentro dos Estados Unidos através de um sistema educacional formal, que serviu com grande eficácia aos seus próprios propósitos de conformação de papéis sociais plenamente atuantes, houve e ainda há até os dias de hoje, um fluxo transnacional constante desses mesmos símbolos e códigos da democracia liberal americana, apoiado nos diversos canais de relações internacionais construídos, por exemplo, a partir do fenômeno da globalização.

Um importante movimento cultural ideológico⁶ desse contexto foi o pan-americanismo, que permitiu a divulgação no cenário internacional, especialmente no continente americano e conseqüentemente no Brasil, das idéias da democracia liberal americana.

⁶ Os movimentos culturais ideológicos são considerados pelas ciências dos movimentos sociais como sendo movimentos responsáveis pela divulgação das idéias de um determinado pensamento filosófico teórico em questão, atraindo para eles novos adeptos. Nesse contexto os sistemas de informação são particularmente relevantes.

*Só existirá democracia no Brasil no dia
em que se montar no país a máquina
que prepara as democracias.
Essa máquina é a da escola pública.*
Anísio Teixeira

Capítulo 2 – Um estudo histórico acerca dos elementos sócio-políticos constitutivos brasileiros e do Projeto da Escola Nova de 1930

Neste capítulo, pretendo explorar e descrever as bases históricas brasileiras, enumerando seus elementos constitutivos, que embasarão, juntamente com os elementos mapeados no capítulo anterior, a discussão teórica aplicativa a ser construída. Dessa forma serão também explorados os princípios e objetivos do Projeto da Escola Nova de 1930 destacando sua relação com o educador brasileiro Anísio Teixeira, a partir da explanação em certa medida acerca de parte de sua biografia, e também com um outro movimento educacional da mesma época, o Movimento Renovador.

Alguns dos importantes elementos constitutivos da história brasileira estão refletidos em seu próprio processo de colonização, no qual a típica política de exploração desvinculava os colonizadores do seu possível papel social de habitantes. Dessa forma eles não se comprometiam com a terra na qual chegavam com um intuito maior que somente povoá-la, ou seja, desenvolvê-la, e em torno dela construir uma sólida sociedade de cidadãos imbuídos de uma virtude cívica tal qual observada no processo de colonização norte-americano.

Segundo Diniz e Boschi (1977), a colonização brasileira distorceu desde o princípio a relação que se conformaria na política entre o Estado e a sociedade, uma vez que a conformação de um Estado brasileiro remontou a hierarquia social da colonização. Isso porque a noção de Estado brasileiro foi acompanhada por uma independência moldada sob as perspectivas da metrópole de continuar a exercer um controle razoável sobre nossas questões sócio-políticas e também econômicas.

Nesse contexto reside um importante paradoxo no que diz respeito ao fato de que, ainda que o controle português após independência do Brasil não tenha sido efetivo, em

setores como, por exemplo, o setor econômico, em que nossa grande aliada passava a ser a Inglaterra e mais expressivamente os Estados Unidos, cuja influência ultrapassava inclusive o próprio setor econômico, abrangendo áreas mais diretamente sociais, a presença de Dom Pedro II no Brasil, assim como a instauração de uma monarquia, perpetuaram as relações sociais brasileiras coronelistas, clientelistas, na instauração do Estado que se configuraria em vias da proclamação da República e que se fundamentaria na prática da cooptação⁷.

Dessa forma a sociedade brasileira se fez à parte das suas próprias práticas políticas, construindo-se de maneira dependente e submissa as atividades e decisões do Estado. Além disso, o Estado brasileiro que esteve sempre atrelado à igreja católica, distorcia a participação política da sociedade brasileira, coordenando-a a partir da escolha religiosa das pessoas. Dessa forma os valores políticos se confundiam com valores religiosos e o reflexo disso se observava na organização da administração pública brasileira que se tornava moralista, seletiva, isso porque a tradição católica foi trazida da Europa para o Brasil pelos portugueses, contudo as práticas religiosas dos índios e dos escravos que aqui também viviam eram bastante diferentes, e a partir da construção do Estado brasileiro, o próprio apoiado pela igreja católica, que aqui havia se instaurado, determinou a organização da sociedade brasileira de maneira hierárquica e excludente, vedando em diversos sentidos, como por exemplo, através da educação, o alcance de todos à participação política.

Segundo Diniz e Boschi (1977), a educação cabia aos ricos e católicos que por ela podiam pagar e o Estado pouco fazia pela educação pública, no sentido de qualificar a própria sociedade concedendo a ela seus direitos. O aparato do Estado se fechou em relação à própria sociedade que deveria representar, através do processo de insulamento burocrático. Isso porque diante desse processo o Estado tornava o funcionalismo público em uma prática clientelista para assegurar cargos públicos àqueles que eram de interesse do Estado e

⁷ A cooptação representa uma cooperação não espontânea que acontece no âmbito da política em função de troca de favores públicos. Ou seja, a ocupação de posições no interior da administração pública se dá em troca de legitimidade política. Nesse contexto o Estado é entendido como patrimonial e a cidadania como regulada.

concomitantemente por ele indicados. Segundo Santos (1998), essa prática enfraqueceu nossos partidos e tornou tardia a constituição de uma classe burguesa no Brasil, sendo esta o termômetro da atividade política entre o povo, da virtude cívica, do comprometimento do Estado com os serviços que deve prestar a sociedade, sendo nesse contexto o mais importante deles a educação. Contudo até mesmo nossa educação foi cooptada e através dela não se formavam críticos cidadãos e sim aqueles capazes de manterem a estabilidade política em favor da igreja e dos grandes barões e coronéis da nossa política.

Ainda que o discurso⁸ do Estado e da Igreja procurassem amenizar a exclusão social da maioria dos grupos da política, a sociedade aos poucos foi se convencendo da participação que lhe era vedada e dos direitos que lhe eram omitidos, e em parte como um reflexo das mudanças que aconteciam na Europa e que redefiniam suas práticas políticas e a administração pública de seus Estados, o Brasil promoveu a Revolução de 1930. Essa revolução refletiu alguns problemas que a República Velha vinha enfrentando como, por exemplo, uma crise de legitimidade. Isso porque a República surgiu antes da nação brasileira, assim como nosso Estado surgiu antes de uma identidade nacional. A Revolução destacou grupos intelectuais importantes como os Pioneiros da Escola Nova que fizeram sua própria interpretação das mudanças que ocorriam no mundo e especificamente no Brasil. A igreja católica enquanto instituição também se prontificou a interpretar o momento vivido que por ela era considerado como um momento de crise.

Sendo assim, nesta época, para a igreja católica, tanto presente no Brasil quanto na maioria dos países do Ocidente, o mundo ocidental, mais especificamente, estava em crise.

Sendo esta crise vista como uma crise generalizada que atingia diversos aspectos como,

⁸ O Estado brasileiro, assim como a igreja católica, justificavam práticas, como por exemplo, do insulamento burocrático dizendo que era importante isolar os centros de formação social das práticas políticas porque eles só elegeriam corruptos através de partidos pouco confiáveis. Isso porque o Estado se dizia responsável por proteger a sociedade brasileira dos infortúnios da democracia, que em certa medida atrasava processos de modernização e crescimento, quando permitida a participação de muitos, o envolvimento de todo o povo, o que tornaria todo o processo bastante moroso além de pressupor a prática de valores ou símbolos democráticos como da igualdade e da liberdade. Por isso diz-se que o insulamento burocrático brasileiro representava uma contradição entre a modernização econômica e a democracia.

materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais. Para este grupo esta crise representava o desmoronamento das instituições tradicionais e o desnorteamento do comportamento individual.

De fato o que ocorria talvez não fosse uma crise generalizada e sim um processo de transformações e mudanças que acompanhava a chegada no Brasil de distintas influências e distintos fluxos. Ou seja, paralelo às interpretações dadas pelo catolicismo, o sistema político brasileiro que se constituía enquanto Estado estava em contato e conectado ideologicamente a outros fluxos transnacionais de valores e símbolos, como os do fascismo e do nazismo. Isso porque havia a tentativa de proteger o Estado frágil que surgia, das ameaças do proletariado e conseqüentemente do comunismo. Nesse contexto o desempenho das nossas práticas políticas refletia uma desconfiança ou quase descrença do Estado brasileiro em relação às competências políticas democráticas de organizar a vida em sociedade. Isso em reflexo às crises políticas ocidentais e mais especificamente em relação à crise americana.

Dessa forma, o contexto ideológico de crise, alardeado pela igreja católica, é reforçado e complementado pelas práticas e atividades políticas que o Estado brasileiro nessa época adotou, por exemplo, a opção pelo autoritarismo, com a chegada do Estado Novo de Getúlio Vargas. Nosso sistema sócio-político justificava tais práticas questionando a eficácia e a legitimidade da democracia no que concerne à participação social e à construção de uma sociedade igualitária, com base no caos social e nas revoluções provocadas pela crise. Ou seja, o Estado brasileiro que surgia utiliza o momento de fragilidade do sistema democrático para justificar a perpetuação de práticas e hierarquias sociais conformadas em torno de políticas clientelistas, reforçando o caráter patrimonial de nosso Estado.

Segundo Diniz e Boschi (1977), os católicos criticavam as mudanças que ocorriam na época, principalmente a laicização do ensino, afirmando que historicamente as sociedades haviam deixado de escutar a voz da igreja, não acatando as advertências do Papa e não

aceitando mais a estrutura hierárquica das coisas, por eles imposta, sob o pilar da divindade do poder político e social. Para eles os homens haviam ficado surdos em relação a voz do Espírito Santo, sendo esta surdez a causa real dos males do mundo, que para os católicos resumia-se à falência da civilização burguesa ocidental, que se via em meio a crises econômicas que se desencadearam a partir da primeira Guerra Mundial e assim seguiram com a posteriormente quebra da bolsa de valores em Nova York em 1929.

Para super valorizar as crises econômicas vividas ao redor do mundo ocidental, que era pressionado por inspirações políticas que se convergiam em torno de práticas do socialismo do proletário e em certa medida do comunismo, a igreja católica imprime um sentido moral a esta crise, extrapolando suas reais dimensões econômicas que eram conseqüências, por exemplo, da má administração pública em geral dos países, das dívidas provindas da guerra, da substituição dos velhos mercados pelos novos, do descontentamento com as práticas democráticas em geral e outros, construindo uma dimensão moral em torno da situação.

A igreja alegava que o dualismo necessário que deveria existir no ser humano constituindo-o de corpo e alma, havia se perdido no materialismo da época, cujo clima liberalizante desvinculava a atividade política e social dos homens de suas crenças religiosas, ou seja, chegava-se a um estágio de autonomia do indivíduo em face da igreja e do Estado. Abolia-se a autoridade política da igreja imbuída de divindade e a substituía pela vontade dos indivíduos e o racionalismo do Estado.

Nesse contexto os pensadores católicos brasileiros aplicam a própria doutrina para analisar a realidade nacional afirmando que, uma vez presente em um mundo de falência, o Brasil também sofria com as conseqüências da crise. Eles ressaltam que o rudimentarismo da cultura política do povo brasileiro assim como sua incapacidade como povo de reimpor a ordem, foram as causas diretas para que o Brasil sofresse os reflexos da crise ocidental.

A igreja católica e seus membros que sempre formaram uma forte elite intelectual no Brasil, infiltrada no aparato do Estado, criticava o laicismo pedagógico da época, condenando ações sócio-políticas racionalistas e positivistas. A igreja afirmava que:

Foi a concepção laica no ensino público que, sem chegar ao monopólio pedagógico, gerou uma moral e civismo artificiais, produzindo uma indisciplina, cujos efeitos culminaram com a revolução de 1930 e a revolução Paulista de 1932. (CURY, 1978, p.38)

Nesta fase segundo Cury (1978) o Brasil se dividia em três correntes, uma entendida como individual liberal burguesa, outra como social-proletária e a terceira seria a corrente nacional, tradicional e cristã. A igreja, com seus membros infiltrados no aparato do Estado, ou seja, as elites conservadoras e nacionalistas defendiam o ensino católico, combatiam a laicização e acreditavam ser a autêntica e verdadeira saída para a crise moral que construíram em torno da sociedade brasileira segundo seus preceitos e diante do objetivo de manter seu monopólio sócio-político.

Dessa forma no Brasil e no mundo ocidental em geral, essa era a visão católica acerca das reconfigurações históricas e econômicas pelas quais o mundo passava, considerando-as como uma crise generalizada e moral. A elite católica temia uma redefinição dos parâmetros que orientavam os comportamentos sociais e políticos, temia a perda do seu monopólio ideológico, que lhe assegurava interferências no sistema político dos governos, garantia seu acúmulo de riquezas e a divulgação da sua religião.

Nesse contexto, a igreja constrói um sistema educacional próprio que seria regido pelos seus princípios e estaria presente nas escolas brasileiras católicas. Isso porque, assim como na época da Reforma Luterana, a construção desse sistema educacional representou a tentativa da igreja de se adequar às mudanças em geral, que ocorriam objetivando a manutenção de seu poderio. No século XVI a igreja se propôs a conhecida Reforma Luterana que apesar de romper com a unidade religiosa medieval, esta assegurou, que a Igreja não perdesse, enquanto unidade total, seu poderio e influência que agora passaria a operar diante

de doutrinas diversas que não somente a doutrina católica, porém ainda dentro do contexto da instituição, enquanto corpo físico⁹, da igreja. Ou seja, existe uma preocupação da igreja com a manutenção da sua instituição para além da religião prática, desde que esta esteja inserida no contexto de sua instituição, isso porque a noção que a igreja tem de si enquanto uma instituição e também o reconhecimento que lhe é dado pelo Estado lhe configura, enquanto ator social e que, portanto pode se envolver nas atividades políticas.

No que diz respeito ao quadro educacional católico brasileiro, a igreja entendia a educação como sendo:

A consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio das paixões, na formação dos espíritos, através de hábitos salutares e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto a viver na sociedade. (CURY, 1978, p. 55).

Além da visão católica acerca da crise refletida no Brasil, os chamados Pioneiros da Escola Nova, ou seja, o grupo elitista brasileiro que idealizou o Projeto da Escola Nova juntamente com o educador brasileiro Anísio Teixeira, que teve grande destaque nesse projeto, produziram sua própria interpretação acerca do momento que o Brasil vivia em reflexo, e segundo suas próprias particularidades históricas, a reconfiguração sócio-política ocidental. Os Pioneiros da Escola Nova partiam da constatação mais de uma redefinição de papéis sociais, com o surgimento e fortalecimento de novos atores do que propriamente uma crise.

Eles entendiam que esta situação de indisciplina geral, como mencionado pela igreja católica, como sendo na verdade um momento de releitura da ciência e do seu papel, que acentuava os princípios do empirismo, do racionalismo e do positivismo. A humanidade

⁹ Segundo teorias de Relações internacionais acerca de suas organizações e instituições, diz-se que elas se configuram e se constituem, como tal, desde o corpo físico no qual operam suas relações até o capital humano que as compõem. Sendo o corpo físico das instituições entendido como o aparato material, desde prédios e salas, nos quais se reuniam seus componentes em prol das discussões temáticas propostas pela instituição.

passava para um empirismo extremado¹⁰, após longo tempo de práticas e comportamentos fundamentados em idealismo subjetivos, ou em uma ordem ideal.

Os Pioneiros da Escola Nova em meio a esse processo buscam entender mais diretamente a educação e seu papel em meio a essas mudanças. Segundo Cury (1978), eles começam a entender que as novas formas políticas, as novas formas de vida em sociedade, a guerra mundial, o progresso das ciências biológicas e psicológicas e o avanço científico-tecnológico determinaram uma nova mentalidade educacional. Isto significa segundo Cury (1978) que a educação e seus ideais não se regulam por valores absolutos, esses variam de acordo com a estrutura da sociedade e dela tiram a sua vitalidade. Os ideais educacionais são, pois, concretos, variáveis e relativos no tempo e no espaço, refletindo as transformações da existência e da vida, a cada época histórica.

Inspirado por esse contexto e por tal entendimento acerca do momento vivido pelo Brasil e da instituição da educação, que o educador brasileiro Anísio Teixeira, juntamente com alguns membros do grupo dos Pioneiros da Escola Nova, idealizam um projeto conhecido como Projeto da Escola Nova de 1930. Dessa forma, para sua contextualização histórica e a fim de enumerar alguns importantes elementos constitutivos, em primeiro lugar é importante ressaltar quem foi o educador brasileiro Anísio Teixeira, o que ele particularmente entendia por educação e por fim explorar então os princípios e os objetivos do Projeto da Escola Nova de 1930.

Anísio Teixeira nasceu em 1900 na cidade baiana de Caitité, e em 1924, foi chamado, por Otávio Mangabeira, na época deputado federal do estado da Bahia, para dirigir a Educação do estado. Naquela ocasião apenas 9% das crianças em idade escolar, segundo relatos de Benathar (1981), freqüentavam a escola. Na época o educador brasileiro Anísio Teixeira ainda se deixava influenciar por sua formação jesuítica. Isso porque como o próprio

¹⁰ Segundo Cury (1978), o empirismo extremado do homem se caracteriza por sua necessidade de fazer e aplicar suas ciências na prática da vida sócio-política dos homens comuns.

Anísio Teixeira costumava assinalar, “*voltava a frente para a Europa e as costas para o Brasil*”.(BENATHAR, 1981, p. 1662) O educador Anísio Teixeira pouco utilizava seu conhecimento para interpretar os fatores sócio-políticos brasileiros e lhes propor soluções ou mudanças com base em moldes análogos, que poderia construir, a partir daquilo que estudava e observava acerca da Europa. Sua formação religiosa lhe tolhia a liberdade de pensamento e lhe enquadrava nos moldes ideários da igreja, para que ele assegurasse a propagação do poderio da mesma e também sua influência na arena política do Estado brasileiro.

Em 1928, Anísio Teixeira partiu para a América do Norte onde se tornou aluno de John Dewey e de William Kilpatrick¹¹. Seu estreito e prolongado contato com tais pensadores americanos, incidiram não sobre as teorias experimentalistas da época estudada por Anísio Teixeira, e que foram herdadas dos fisiologistas no primeiro quarto do século, nem mesmo sobre os estudos das funções mentais, notadamente a inteligência, e que tanto interessavam a Dewey, mas sim e sobretudo na maneira como Anísio Teixeira entendia a organização da cultura, construindo a partir de seus estudos e contato direto com Dewey, os subsídios indispensáveis à construção das noções de educação no Brasil. Ou seja, com os educadores americanos Anísio Teixeira pode absorver de maneira direta e aplicável o sentido da função permanentemente social da educação, função social esta com que Anísio abre caminho, mais tarde, para a longa marcha que o aguardaria em direção e rumo ao projeto da Escola Nova de 1930 por ele também idealizado.

Em 1930 quando o educador Anísio Teixeira retorna ao Brasil, ele já trazia consigo alguns esboços do que seria o Projeto da Escola Nova. E ao chegar no Brasil encontra um ambiente que em princípio estava relativamente propício à divulgação de suas idéias e novos conhecimentos acerca do papel democrático da educação. Ou seja, de volta ao Brasil, e

¹¹ William Kilpatrick é um filósofo americano especializado em filosofia da educação. Ele é considerado ainda como o grande responsável pela popularização do filósofo John Dewey.

através, dentre outros movimentos culturais, do movimento do pan-americanismo¹², o educador Anísio Teixeira desfruta do fluxo transnacional do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, que dentre outros símbolos inspirava a própria Revolução de 1930.

Isso porque segundo Benathar (1981) o acaso¹³ da República Velha enchia os brasileiros de esperanças democráticas e com elas a função social da escola conseqüentemente se ampliava. A escola primária pública, comum e obrigatória mobilizou a elite intelectual de então. O povo batia às portas da escola média e lutava com ampla consciência pelo seu acesso à escola. No entanto o acaso da República Velha se esfacelou frente à instauração do Estado Novo em 1937.

Isso porque a República Velha nasceu no Brasil antes mesmo de sua nação, antes mesmo do surgimento de uma classe que se pudesse reconhecer como classe burguesa no Brasil. Dessa forma a República carecia de recursos políticos e sociais que a sustentassem com maior aplicabilidade e sendo assim as elites nacionalistas e conservadoras, juntamente com a igreja católica fizeram a Revolução de 1930 e a instauração da República Velha parecerem um ato ou movimento radical que poderia levar a um levante do proletariado, ou seja, transformaram os anos da República Velha brasileira, em um período semelhante àquele da crise da Europa Ocidental, na tentativa de enfraquecer os valores democráticos que aqui chegavam, argumentando acerca de sua ineficácia para organizar e solucionar questões políticas e sociais da época, para que então os poderes políticos brasileiros e a maneira pela

¹² Como discutiremos no capítulo a seguir, o movimento do pan-americanismo, que surgiu da doutrina Monroe, foi efetivamente divulgado com esse título somente após a segunda guerra mundial. De qualquer forma os princípios do que se constituiria definitivamente enquanto tal movimento, já eram divulgados.

¹³ Diante do contexto sócio-político no qual a República Velha foi constituída, Danese (1984), afirma que a instituição no Brasil de uma república que foi priori à constituição da própria nação brasileira lhe causou problemas de legitimidade e de reconhecimento. A República Vellha foi um acaso político para muitos isso porque, ela estava desvinculada de uma identidade nacional politicamente ativa.

qual eles se organizavam não fossem alterados, evitando-se o surgimento de novos atores, por exemplo.

Nesse contexto o sistema educacional foi o primeiro a ser severamente controlado pelas elites nacionalistas e conservadoras assim como pela igreja católica, justamente porque tanto as elites quanto a igreja sabiam da função sócio-política que se pretendia imprimir ao sistema educacional brasileiro, como por exemplo, deixava claro o Projeto da Escola Nova de 1930. Dessa forma, e uma vez que, tais elites eram maioria, a noção de crise, ao contrário da noção de mudança, aos poucos foi se generalizando no país e o povo perdendo seus propósitos diante da desorganização ocasionada na época.

Dessa forma, com o intuito de manter os arranjos sócio-políticos que se arrastavam pela história brasileira, a República Velha foi substituída pelo que mais tarde passaria de Estado Novo para a ditadura de Getúlio Vargas e conservaria a hierarquia de poderes dentro do aparato do Estado brasileiro, que se constituía em meio a uma sociedade descolada da noção de sua própria virtude cívica enquanto elemento fundamental para a construção desse Estado.

Por isso naquela época, o que o educador brasileiro Anísio Teixeira entendia por educação estava desconectado dos fluxos transnacionais valorizados no Brasil e que atendiam aos propósitos constituintes de um Estado pela elite nacionalista e conservadora, assim como pela igreja. Aquilo que o educador Anísio Teixeira entendia por educação refletia seu aprendizado e vivência nos Estados Unidos, em contato prático com a democracia liberal Americana, assim como refletia o fluxo transnacional dos valores e dos símbolos da democracia liberal Americana, especialmente do símbolo da igualdade, para o Brasil. Porém apenas a elite intelectual brasileira dessa época prestava atenção e dava importância a esse fluxo, isso porque as elites nacionalistas e conservadoras e a igreja se constituíam ideologicamente com base em valores e símbolos do fascismo e do nazismo e o povo ainda

que lutasse por democracia pouco conhecia sobre ela e, portanto foi facilmente convencido da situação de crise que se instaurava e desviado de seus ideários de mudança.

O educador brasileiro Anísio Teixeira na tentativa de entender a maneira pela qual as organizações políticas brasileiras se organizavam naquela época, propõe uma comparação entre a concentração de poder no Estado e a concentração de poder na produção industrial que crescia aceleradamente.

A concentração de poder nos Estados seria a consequência da sua própria natureza expansionista como organizações do Poder - poder político. A concentração de poder na produção industrial seria, principalmente, um resultado da aplicação de métodos uniformes e mecânicos de produção. Os dois fenômenos são diversos, embora, tanto em um quanto em outro caso, se registre a mesma subordinação do indivíduo à organização, com perda consequente de independência e liberdade individual, tanto na organização do "Estado", quanto na produção moderna, seja esta, a meu ver, do tipo capitalista ou do tipo socialista. (TEIXEIRA, 1956, p. 1)

E foi justamente com base na subordinação do indivíduo à organização brasileira estatal da época que o sistema educacional foi desviado daquilo que ele realmente deveria ser. Segundo Teixeira (1956) a educação deve ser um veículo formador de opiniões responsável pela divulgação dos possíveis papéis sociais que um cidadão pode ocupar na sua arena política. A educação deve levar o indivíduo a uma reflexão na busca pela sua melhor participação nas questões sócio-políticas de sua nação, conferindo a ele a capacidade de compreender que o governo de uma nação se faz através de seu povo, e que este é composto de indivíduos cuja natureza política aplica-se com base em um desejo maior de organização, sendo ele guiado pela virtude cívica. Segundo Teixeira (1956) em função da constituição histórica brasileira somente através da educação a sociedade brasileira poderia conhecer, desenvolver e aplicar as noções políticas da virtude cívica. A constituição da sociedade brasileira se deu com base em valores e símbolos bastante distintos daqueles que orientaram a constituição da sociedade americana em termos de capital humano, somente através da educação a sociedade brasileira poderia aprender sobre democracia para então posteriormente praticá-la.

Foi com base nesses propósitos que o educador brasileiro Anísio Teixeira propôs um projeto em prol da organização de um novo sistema educacional, e que ficou conhecido como projeto da Escola Nova. O projeto tinha como objetivo divulgar os princípios da Escola Nova em direção a uma nova configuração educacional que se pretendia no Brasil, em prol do desenvolvimento de novas práticas políticas que acompanhariam os próprios princípios do novo sistema educacional, assim como fortaleceriam o Estado brasileiro rumo a uma democracia mais bem estruturada e definida.

O projeto defendia uma educação laica e proveniente do Estado, que permitisse aos alunos construir projetos científicos independentes e diversos. Segundo Anísio Teixeira (1930) as escolas deveriam guiar o aluno nas suas atividades dando-lhe como ferramentas de aprendizagem, os recursos já conquistados pela experiência humana. Nesse contexto o educador brasileiro Anísio Teixeira remonta, nos princípios e objetivos da Escola Nova, a própria filosofia educacional de John Dewey que entende o fenômeno da educação como uma reconstrução de experiências, com bases em fatos e dados empíricos passados, a fim de assegurar um melhor e mais rico controle da realidade e suas práticas sócio-políticas.

Segundo o projeto da Escola Nova de 1930 e segundo Anísio Teixeira (1930) a escola deve prover oportunidades para a prática da democracia: – o regime social em que cada indivíduo conta plenamente como uma pessoa. Segundo Anísio Teixeira (1930) a democracia na escola significa em democracia para o mestre e democracia para o aluno, – isto é: um regime que procure dar ao mestre e aos alunos o máximo de direção própria e de participação nas responsabilidades de sua vida comum.

O educador brasileiro Anísio Teixeira diz, em um de seus boletins escritos à Associação Bahiana de Educação que:

A democracia é acima de tudo o modo moral de vida do homem moderno, a sua ética social, a criança deve ganhar através da escola, esse sentido de independência e direção, que lhe permita viver com outros com a máxima tolerância, sem, entretanto perder a sua personalidade. (TEIXEIRA, 1930, p. 25)

De fato, talvez até os dias de hoje, esse seja um dos grandes desafios dos políticos educadores no Brasil, ou seja, a concretização dos princípios e objetivos divulgados em 1930 pelo projeto da Escola Nova. Naquela época o contexto sócio-político brasileiro e a configuração das nossas classes sociais, comprometeram o desenvolvimento e a implementação de tal projeto, isso porque o símbolo da igualdade da democracia liberal Americana não encontrou terreno suficientemente fértil no Brasil naquela época e sendo assim o Estado e sua política se fizeram à parte da sociedade, a qual foi afastada de sua própria natureza política e pressionada por resquícios de uma hierarquia colonial, desigual e escravocrata.

*Ter acesso à cultura é o mesmo que ter acesso a uma cultura,
a cultura de uma classe de uma nação. Sem dúvida, a pessoa
que deseja compreender o universo do outro e que não
nasceu nesse ambiente, pode tentar refazer sua educação
à maneira deste, mas tal apropriação mediata e erudita
será sempre distinta da familiaridade imediata
com a cultura natal.
Tocqueville*

CAPÍTULO 3 – Análise teórica

Diante, e de posse dos elementos culturais e históricos enumerados e analisados nos capítulos anteriores, pretendo neste capítulo construir um conjunto de hipóteses analíticas e teóricas para que através dessas seja possível analisar o projeto da Escola Nova de 1930.

Em primeiro lugar é importante explicitar como definimos as idéias da democracia liberal Americana, aquilo que entendemos por fluxo transnacional de idéias, suas dimensões e posteriormente sua consequência ao processo de conformação de preferências e interesses no cenário de interação dos agentes internacionais.

As idéias da democracia liberal Americana devem ser entendidas como símbolos normativos carregados de valores sociais que influenciam e atuam na conformação de preferências e interesses dos agentes domésticos, além de meramente se disporem a constranger o comportamento desses atores no contexto de suas atuações no cenário internacional.

O fluxo transnacional dessas idéias significa a transferência ou transmissão das informações que as permeiam e constituem. Todo fluxo transnacional pressupõe um processo de difusão, nesse caso dos símbolos normativos da democracia liberal Americana, da arena internacional para a doméstica. Não existe, porém, uma exploração sistemática dos mecanismos, através dos quais, normas internacionais atingem a arena doméstica. Ou seja, há uma negligência por parte da teoria construtivista acerca da exploração e explicação sobre agências internacionais, que podem atuar como veículos ou mecanismos de difusão de idéias e normas no cenário internacional, não nos permitindo traçar o caminho exato dessa difusão até a arena doméstica. Isso porque há uma supervalorização acerca do processo transnacional em si, o que leva a uma concentração de suas análises e interpretações no plano internacional,

que é aquele ocupado pelas normas difundidas. Há, portanto, uma focalização explicativa acerca do fluxo no contexto internacional, em torno dos formuladores das normas e idéias difundidas, em detrimento, em certa medida, do contexto doméstico e a maneira (traçado) pela qual essas normas e idéias atingem tal arena.

É necessário ressaltar que quando mencionamos uma negligência em certa medida em torno da maneira pela qual determinadas normas e idéias atingem a arena doméstica, queremos dizer do caminho, do traçado internacional dessas normas e idéias até o plano doméstico, traçado este que se faz impreciso no âmbito doméstico devido a uma focalização maciça no próprio fluxo, ao redor dos formuladores das normas, e seu cenário internacional. Não se quer dizer, porém que os pressupostos construtivistas e suas premissas sejam insuficientes para discutir o modo ou a maneira pela qual normas e idéias internacionais atingem a arena doméstica quando se quer dizer das evidências empíricas de suas influências na conformação das atitudes e preferências dos agentes em suas interações.

Por isso as análises construtivistas em torno de fluxos transnacionais são consideradas correlacionais, na medida que, para o entendimento e mapeamento de um determinado fluxo, é necessário que se enumere uma norma ou idéia global, e a partir dela discuta-se de que maneira (evidências), as práticas domésticas de um determinado agente internacional foram modificadas em relação às premissas dessa norma global.

Segundo Checkel (2000), entende-se por norma ou idéia global aquela que foi difundida no cenário internacional e sobre a qual encontram-se evidências de que suas premissas atuam no âmbito doméstico, levando os agentes domésticos, sejam eles o Estado, indivíduos ou grupos, a definirem seus interesses segundo tais premissas, em diferentes regiões da qual a idéia foi produzida.

Os estudos construtivistas consideram de modo relativamente simplista o processo de difusão de idéias e normas no cenário internacional, acreditando que o contato entre distintos

agentes dotados de variadas capacidades poderia ser suficiente para que se iniciasse um fluxo ou uma difusão, por parte de cada agente, daquilo que um ou outro não possuísse em termos de elementos constitutivos diferentes. Nessa medida, as similaridades posteriormente encontradas nas atitudes de cada um dos agentes serviriam de evidências de que o fluxo realmente ocorreu. Segundo Checkel (2000) essa seria a segunda negligência da teoria construtivista em torno de um fluxo transnacional, porque o seu modelo de análise pouco valoriza o contexto social da arena doméstica que envolve todo fluxo transnacional. Ou seja, ainda que as premissas construtivistas não sejam insuficientes para explicar a influência na arena doméstica de um determinado conjunto de evidências, negligenciando apenas seu traçado mais específico que envolveria um debate mais aprofundado acerca de agências internacionais, tais premissas exploram a lógica da influência exercida pelas idéias da norma global sem necessariamente considerar o contexto social em questão.

O campo de estudos da antropologia pode complementar de maneira bastante satisfatória as análises construtivistas acerca de um fluxo transnacional, ao considerar com importância diferenciada o papel daqueles que adotarão determinadas normas e idéias internacionais difundidas, processo esse que exige a valorização por sua vez do contexto social, para além do papel dos conformadores das normas.

Os estudos antropológicos valorizam o espaço que envolve as estruturas que orientam as atitudes dos agentes internacionais. Bourdieu (1974) define esse espaço, segundo sua teoria das trocas simbólicas, como sendo um *habitus* de símbolos e idéias que ligam as estruturas às suas práticas correspondentes. O conceito de *habitus* surgiu, portanto da necessidade que se tinha de compreender empiricamente a afinidade das relações sociais e dos comportamentos de seus agentes com seus condicionantes sociais. *Habitus* segundo Bourdieu (1974) seria então:

[...] Um sistema de disposições duráveis e transponíveis, que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente

diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Segundo Bourdieu pensar a relação do indivíduo e sua subjetividade a partir de um *habitus*, implica no reconhecimento da sociabilidade natural humana e seu aspecto coletivo. Se o *habitus* é uma matriz de percepções que torna possível a realização de diversas tarefas, uma uniformização de um *habitus* ao redor de um conjunto de indivíduos coordenaria e organizaria de maneira semelhante a realização de atividades sociais por parte desse conjunto de indivíduos. Sendo assim segundo Bourdieu o reconhecimento da existência de um *habitus*, extrapola sua própria lógica, quando admite a uniformização deste e sugere que dentre outras formas essa possa ser concretizada a partir da educação.

A educação molda esquemas de percepção que são internalizados pelos indivíduos integrantes desse sistema, e que terão sua subjetividade anulada em parte, ou melhor, doutrinação em direção a um padrão coletivo esperado de comportamentos sociais, próprios para cada situação ou tarefa diversa. Por isso no Brasil, como exploraremos mais tarde, o controle da educação pela igreja, assim como pelas elites conservadoras e nacionalistas, representava um controle sobre o *habitus*, ou esquema de percepção, que deveria ser internalizado pelos indivíduos, e dessa forma a sociedade desempenhava seu papel ou função social moldada segundo uma percepção coletiva, para com a qual não haviam contribuído através de sua subjetividade, e que atendia às vontades daqueles que a constituíram.

O símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, por exemplo, ocupa um *habitus* responsável por refletir as estruturas constituintes dessa democracia, como por exemplo, seu elemento determinador de “oportunidades para muitos”. Porém considerar a influência nesse processo e análise de um fluxo transnacional, apenas do *habitus* que a norma global ocupa, seria contribuir para uma explicação focalizada no cenário internacional e em torno dos formuladores de normas globais. Ao considerar, porém, a existência de um *habitus*

também na arena doméstica, ou seja, por parte daquele que adota uma determinada norma ou idéia, os estudos antropológicos complementam as análises construtivistas.

No Brasil, ao considerarmos seu *habitus* contextual da primeira metade do século XX, podemos sugerir a hipótese de que o fluxo transnacional¹⁴ do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana não foi tão linear quanto análises puramente construtivistas nos permitem crer. Estudos antropológicos, das características do contexto sócio-cultural brasileiro da época, nos permitem enumerar, a partir de um conjunto variado de símbolos¹⁵, fluxos de idéias paralelos que também aconteciam no Brasil na mesma época e que prevaleceram em detrimento do fluxo do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana¹⁶.

A admissão de outras áreas de estudo no contexto da própria evolução dos termos e do entendimento acerca da difusão de idéias e normas permite às análises construtivistas um caráter mais crítico, assim como permite aos estudos acerca de fluxos transnacionais considerar uma extensão maior de casos que não sejam necessariamente aqueles que reflitam processos de difusão bem sucedidos. Muitas vezes a difusão de idéias e normas ocorre, porém o processo implementativo ou prático dessa difusão na arena doméstica, não se concretiza de maneira bem sucedida. Se considerarmos somente análises construtivistas, corremos o risco de não explorar e problematizar uma determinada difusão, cujo processo implementativo não tenha sido bem sucedido, porque em função disso poderia não ser considerada como tal, na

¹⁴ Este pode ser evidenciado empiricamente a partir das premissas similares que o Projeto da Escola Nova de 1930 trazia consigo em relação ao símbolo da igualdade da democracia liberal Americana e sua interpretação acerca dele.

¹⁵ Para tal nos disporemos da nomenclatura e dos elementos explicativos da teoria das trocas simbólicas de Bourdieu (1974).

¹⁶ Como veremos mais tarde, um conjunto de fluxos paralelos para o Brasil em mesma época, pode ter colocado em detrimento a influência que o fluxo do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana teve em nosso contexto sócio-político, o que explicaria as dificuldades e o aparente fracasso do Projeto da Escola Nova de 1930.

medida que não extrapolaria o espectro do sistema internacional e dos formuladores de normas. Em contrapartida uma análise acrescentada de noções e elementos antropológicos assegurará a discussão de todo e qualquer processo de difusão, mesmo daqueles que não tenham sido bem sucedidos no momento de sua implementação na arena doméstica. Isso porque aos estudos antropológicos caberá também a exploração satisfatória e explicativa das interferências do contexto social ou *habitus*, na arena doméstica, que podem ser responsabilizadas pela incompletude da difusão em questão no momento de sua aplicação prática, como ocorreu, por exemplo, no Brasil.

Diante do fluxo internacional que mapearemos e as dimensões acima exploradas, o símbolo da igualdade da democracia liberal Americana pode ser considerado uma norma ou idéia global na medida em que, ao ser difundida no contexto internacional, observar-se-ão evidências das suas premissas, por exemplo, no projeto da Escola Nova de 1930, desenhado dentre outros educadores brasileiros, pelo educador Anísio Teixeira. E diante desse contexto pode-se estabelecer a hipótese de que o fluxo transnacional responsável pela difusão do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana estava inserido no movimento cultural ideológico¹⁷ do pan-americanismo e, portanto sua reconstrução está diretamente ligada à discussão acerca desse movimento.

O movimento do pan-americanismo, liderado pelos Estados Unidos após a segunda Guerra Mundial, tinha como objetivo o estreitamento das relações dos países do continente americano, supondo que elas pudessem ser regidas por um conjunto específico de normas. A esse conjunto de normas deu-se o nome de Sistema Interamericano de normas e a partir dele os países pretendiam criar uma convenção geral de arbitramento que pudesse ser reconhecida

¹⁷ É importante ressaltar que, diante dos parâmetros construtivistas explorados, a análise acerca do movimento cultural ideológico do pan-americanismo não representa para o fluxo transnacional do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, uma sistematização do mecanismo completo de difusão desse símbolo desde o internacional até a arena doméstica. A reconstrução do fluxo do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana passa pela análise do pan-americanismo, enquanto movimento cultural ideológico responsável pela difusão, na arena internacional, de normas globais carregadas do valor normativo da igualdade, porque determinadas normas e idéias são conformadas a partir de sua própria expectativa prévia de difusão no cenário internacional.

e posta em vigor por todas as suas nações, tornando-as independentes do sistema jurídico europeu.

Ainda que tenha sido liderado pelos Estados Unidos sob o título de pan-americanismo somente após a segunda Guerra Mundial, esse movimento inicia-se com a doutrina Monroe em 1823. A doutrina foi um dos mais importantes antecedentes desse movimento, responsável pela configuração dos objetivos do pan-americanismo, tal como foi feito posteriormente. A doutrina discutia e já previa a construção de um Sistema Interamericano de normas, assim como reforçava a idéia de que o continente americano precisava de influências de experiências também vindas e ocorridas na América para além das experiências européias.

Em geral o viés econômico do movimento pan-americanista sempre foi bastante exacerbado na medida em que se pretendia um fortalecimento e uma expansão das economias no continente americano como um todo. As normas econômicas estabelecidas e reconhecidas como tais, após serem difundidas entre diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, a partir dos modelos econômicos sugeridos pelos Estados Unidos, carregavam consigo valores sociais fundamentados nos parâmetros de ajustes da administração pública nesses países, que por sua vez assegurariam uma melhor e mais eficaz aplicabilidade e funcionalidade das normas econômicas.

Ou seja, como muitas vezes explicitado em análises construtivistas, as normas internacionais trazem consigo valores sociais que devem ser responsáveis, dentre outras coisas, pela redefinição do sistema de governança e de governabilidade dos agentes políticos, acerca das mais diversas políticas públicas, criando-se um ambiente propício ao desenvolvimento das premissas da norma internacional então transnacionalizada. Nessa medida pode-se dizer que no Brasil os arranjos econômicos propostos, via normas internacionais transnacionalizadas através do movimento do pan-americanismo, dependiam da predisposição dos agentes políticos da época em se comprometerem com políticas públicas

capazes de assegurar a implementação do importante valor social que existia por detrás dessas normas e que dizia respeito à idéia fundamental da democracia liberal Americana de aumento de oportunidades para muitos. Projetos de crescimento econômico e estabilização poucos efeitos teriam em longo prazo se descolados desse valor social, responsável por sua vez, por uma inserção cada vez maior dos agentes envolvidos em tal contexto de crescimento. O ciclo completo desse processo como um todo, nos permitiria observar dentre outras coisas o aumento da qualidade de vida, a queda do desemprego e conseqüentemente uma democracia na qual seus cidadãos se sentiriam cada vez mais iguais em relação a seus direitos e deveres. Além do que, o sucesso da aplicabilidade das normas econômicas, em questão, e conseqüentemente o retorno financeiro que países como os Estados Unidos poderiam esperar, dependiam dessa estratégia social de governabilidade.

Dessa forma pretende-se demonstrar a hipótese de que, inserido nesse contexto de fluxo transnacional e do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana o educador brasileiro Anísio Teixeira fez sua própria interpretação, seja da democracia liberal Americana, seja do seu símbolo da igualdade tanto a partir dos elementos bases de sua constituição histórica e categorização analítica fundamental¹⁸ quanto a partir do que chamamos e entendemos por um segundo momento da democracia liberal Americana. Esse momento seria assim conhecido, dentre outros fatores, devido a uma reconfiguração histórica capaz de interferir e influenciar nos meios utilizados para a manutenção de determinadas premissas e parâmetros da democracia liberal Americana em seu âmbito sóciopolítico.

Para demonstração dessa hipótese, é importante ressaltar ainda, que o educador brasileiro Anísio Teixeira esteve inserido nesse ambiente através do movimento cultural ideológico do pan-americanismo, através de movimentos sociais brasileiros específicos, pela

¹⁸ Como explorado no capítulo 1, a constituição bem sucedida do sistema democrático americano deveu-se dentre outros fatores ao tipo de imigração e colonização existente ali naquela época. Os imigrantes estavam imbuídos segundo Tocqueville (1998) do indicador básico da socialidade cívica que é a vibração da vida associativa.

educação, como por exemplo, o Movimento Renovador, e através de sua convivência em meio a experiências práticas em relação à implementação desse símbolo da igualdade e até mesmo da democracia Americana como um todo¹⁹, durante o período em que viveu e estudou nos Estados Unidos.

O período que chamamos de um segundo momento da democracia liberal americana pode ser entendido a partir de uma reconfiguração histórica específica, que incentivara dentre outras coisas a imigração. Esse incentivo pressupunha uma reorganização dos sistemas e instituições divulgadoras e conformadoras dos valores da democracia liberal americana, em prol de se atender de maneira satisfatória os novos grupos sociais que passavam a compor a sociedade americana e que deveriam ser moldados, em certa medida, prática e ideológica, em torno dos fundamentos e princípios democráticos, com base em um mesmo *habitus*, a fim de se garantir a manutenção da democracia como tal idealizada. De fato, o individualismo liberal da democracia assim chamada de jeffersoniana foi assim transformado em uma democracia coletivista centralizada no século XX, e o Estado diminuído, tornou-se o poderoso estado do bem-estar social, do dias atuais.

Segundo análises construtivistas, discutidas por Checkel (2000), após a difusão e transnacionalização adequadas de uma norma global do cenário internacional para uma arena doméstica específica, desenvolve-se um processo de empoderamento dessa norma global, na arena doméstica em questão. O empoderamento de uma determinada norma internacionalmente difundida reflete na arena doméstica a aplicabilidade de seus efeitos constitutivos ao contexto de conformação de interesses e preferências por parte dos agentes

¹⁹ O educador brasileiro Anísio Teixeira viajou para os Estados Unidos na década de 20 onde conheceu a filosofia pragmatista de John Dewey (1859-1952) e se encantou com o vigor do sistema político americano. Mais tarde na década de 30, começou a colocar em prática algumas das teses da Escola Nova, sendo também signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Com a instalação do Estado-Novo Anísio Teixeira afasta-se um pouco de sua vida política dedicando-se a seus negócios particulares, estudando e traduzindo obras de John Dewey. Nas décadas seguintes Anísio Teixeira buscou ser novamente atuante na política, trabalhando na Unesco, no Inep e se aliando a diversos educadores progressistas. Em 1961 todos assistiram juntos à aprovação de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contrário às suas expectativas. Em 1964 Anísio Teixeira é afastado de seus cargos em função do golpe militar e, em 1971, é encontrado morto no poço de um elevador.

envolvidos com uma determinada questão e que utilizam as premissas dessa norma internacional para orientarem suas ações. No Brasil, o empoderamento do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, enquanto norma global, foi assegurado por uma estrutura de fortalecimento e aplicabilidade desse símbolo, na arena doméstica, conhecida como “*statist*”.

O termo que traduzido significa estadista ou proveniente do Estado, na verdade reflete um processo de empoderamento de normas e ideais difundidas internacionalmente, que utiliza mecanismos tanto estatais quanto sociais. Porém, através dessa estrutura, as elites têm um papel mais fortalecido e fundamental, em detrimento do papel da sociedade, já que elas, em última análise, possuem o controle acerca da agenda política em questão.

Dessa forma o processo de empoderamento do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana seria traduzido em políticas públicas a partir da atividade política das elites, ou seja, o empoderamento do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana no Brasil na década de 30, dependeria da internalização ou “absorção” deste, em primeiro lugar, por parte da elite brasileira, assim como de sua implementação.

O educador brasileiro Anísio Teixeira juntamente com outros educadores compunha em sua época uma importante elite intelectual que internalizara o símbolo da igualdade da democracia liberal Americana e procurara transferi-lo ao âmbito das políticas públicas brasileiras através do Projeto da Escola Nova de 1930. A formulação e a conformação do projeto representavam o empoderamento desse símbolo na medida que ele passava a estabelecer um conjunto de premissas que se definiam, nessa etapa de governança, (e deveriam, também, se definir em uma posterior etapa de governabilidade), como efeitos constitutivos das preferências e dos interesses estabelecidos, por essa elite intelectual, enquanto agentes políticos, no âmbito da questão institucional educacional. Esses interesses seriam realizados em prol, e segundo os próprios preceitos do símbolo da igualdade da

democracia liberal Americana, da concessão de oportunidades para muitos, nesse caso oportunidades educacionais que assegurariam uma igualdade sócio-política aos nossos cidadãos, a partir de uma formação intelectual uniforme e abrangente.

O sucesso destas propostas, para a criação deste contexto, seria conseqüência da participação estatal, seja através de suas elites, seja através da própria máquina do Estado, via políticas públicas, em prol da democratização do sistema educacional, a partir do compromisso de se construir uma sociedade mais igualitária, na qual, posteriormente, seus cidadãos pudessem definir com clareza o papel social que ocupariam na sociedade, atuando nas mais diversas atividades políticas, e cuja base intelectual, deveria ser proveniente da educação fornecida pelo Estado. O empoderamento da norma global (símbolo da igualdade da democracia liberal Americana), orientadora de tal processo, seria possível a partir da sua internalização por parte das elites (etapa de governança) e da ação do Estado (etapa de governabilidade). Por isso diz-se que a estrutura de fortalecimento e aplicabilidade do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, enquanto norma global transnacionalizada para o Brasil pode ser entendida, como mencionada anteriormente, por “*statist*”. Segundo Checkel (2000), essa estrutura estadista teria, então, suas políticas públicas organizadas estrategicamente a partir de um conjunto de interações políticas que aconteceriam de cima para baixo. (“Top-down mechanism”)²⁰.

Análises construtivistas, acrescidas de um viés mais crítico de outras explorações teóricas, como por exemplo, explorações antropológicas, nos permitem concluir que em todo processo de empoderamento de uma determinada norma global em ambiente doméstico, as suas estruturas sócio-políticas serão responsáveis por determinar o mecanismo de empoderamento mais adequado e conseqüentemente aquele a ser utilizado, enquanto que

²⁰ Um outro mecanismo, por exemplo, seria o “bottom-up mechanism” que utilizaria estruturas de empoderamento, cuja participação social seria direta e, portanto capaz de influenciar e até determinar os elementos da agenda política em questão. Nesse caso as políticas públicas seriam organizadas estrategicamente a partir de um conjunto de interações políticas que aconteceriam de baixo para cima.

normas domésticas já existentes, - e que determinam as preferências dos atores domésticos, - serão responsáveis pela determinação do maior ou menor grau de influência dos efeitos constitutivos que o empoderamento de uma determinada norma terá na arena doméstica. Com isso muitas vezes, em função da rigidez e do engessamento das normas domésticas já existentes, o grau de influência desses efeitos é tão pequeno que a própria noção de que havia o empoderamento de uma determinada norma global se perde ou se torna incompleta.

Por isso diz-se que no Brasil, suas estruturas sócio-políticas, deveriam levar ao mecanismo de empoderamento estadista, tanto no plano da governança quanto no plano da governabilidade. Entretanto percebe-se que diversas normas educacionais já existentes, entendidas enquanto normas domésticas, e que defendiam uma instituição educacional mais centralizada e menos abrangente, supervalorizando cursos profissionalizantes ou técnicos²¹, em detrimento de atividades intelectuais mais longas e cujo conhecimento fosse mais aprofundado, não permitiram aos efeitos constitutivos do símbolo da igualdade da democracia liberal Americana, enquanto norma global transnacionalizada para o Brasil, terem um maior e melhor alcance, como pretendemos comprovar a partir das dificuldades e frustrações do projeto da Escola Nova de 1930, a ser explorado. Dessa forma a não implementação desse projeto enquanto política pública tornou o processo de empoderamento, da norma global (símbolo da igualdade da democracia liberal Americana) transnacionalizada para o Brasil, incompleto.

Isso porque, as mesmas estruturas sócio-políticas que permitiram, no âmbito da governança, o empoderamento dessa norma a partir do mecanismo de fortalecimento e aplicabilidade estadista, impediram a sua governabilidade com base nas suas normas domésticas já existentes. Porque na primeira etapa de empoderamento do símbolo da

²¹ Essa foi uma preocupação maciça da constituição de 1937, elogiada como a mais democrática das constituições em matéria de ensino. Não se atentou, porém, segundo Romanelli (1978), ao fato de que se oficializando o ensino profissional como ensino destinado aos pobres, cometia-se um ato lesivo aos princípios democráticos, o Estado estava na verdade instituindo a discriminação social, através da Escola.

igualdade da democracia liberal Americana no Brasil o grupo elitista envolvido, compartilhava os valores sociais que essa norma carregava consigo, podendo internalizá-los e também absorvê-los. Esse grupo elitista, do qual Anísio Teixeira fez parte, se definia como a elite intelectual da sua época. Outros grupos elitistas, porém, definidos de maneiras diversas, também compunham o sistema estadista brasileiro da época, sendo as elites conservadoras e nacionalistas, a maioria, que detinha com maior facilidade a governabilidade da agenda política estabelecida, decidindo com firmeza o que seria ou não implementado independente da produção intelectual criativa e inovadora por parte de outros grupos de elites, ou seja, havia uma hierarquia entre as elites, definida pela sua maioria ou não no aparato do Estado. Sendo que essa hierarquia que refletia o contexto histórico da época, pressionava grupos menores das elites estatais, sufocando a implementação de seus projetos que estagnavam na fase de governança.

É importante ressaltar que essas elites assim se definiam como conservadoras e nacionalistas em função das condições sócio-culturais da época que refletiam a falência da República Velha enquanto regime de governo e que pouco se diferenciou da monarquia, cujas hierarquias reforçavam as relações sociais como na época da colonização, e que refletiam uma revolução, a revolução de 1930, que pouco mudou os grupos de poder assim como suas pautas políticas.

Além disso, as elites conservadoras e nacionalistas podiam ser chamadas de elites católicas, elas defendiam a manutenção do ensino católico, ou seja, defendiam o seu monopólio ideológico sobre o ensino brasileiro ignorando as necessidades da classe burguesa que então se consolidava no país. Isso porque as elites podiam pagar pela sua própria educação, o fato é que a classe média em ascensão reivindicava o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Essas classes se uniram em um movimento conhecido como

Movimento Renovador²² e através desse compreenderam que havia chegado a hora de o Estado assumir o controle da educação e que, portanto esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação.

Segundo Romanelli (1978), o Movimento Renovador dava ênfase à necessidade da permanência da laicidade do ensino, reivindicando a institucionalização da escola pública e sua expansão, assim como a igualdade de direitos dos sexos à educação. O movimento chegou inclusive a publicar em 1932, um manifesto chamado de “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova” que expressava por escrito os objetivos, já mencionados do movimento, convocando as pessoas a se envolverem com tais reivindicações.

De fato algumas elites integrantes do aparato do Estado se envolveram em certa medida com o movimento procurando através dele fortalecer suas causas semelhantes, foi o caso, por exemplo, do grupo do educador brasileiro Anísio Teixeira que se empenhou na divulgação dos princípios do movimento renovador através de seu próprio projeto da Escola Nova e sendo signatário do Manifesto desse movimento como já mencionado.

Segundo Romanelli (1978), ao proclamar a educação como um direito individual que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através da escola pública gratuita, obrigatória e leiga, e, finalmente ao opor-se à educação privilegiada, o Manifesto tratou a educação como um problema social, o que foi um avanço histórico para a época, principalmente se considerarmos que a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova.

De fato tanto o Movimento Renovador quanto seu importante Manifesto foram marcos históricos, mas talvez não tenham passado de marcos históricos, porque não conseguiram de maneira prática levar seus princípios à implementação, em função de instituições existentes

²² Não nos caberá aqui explorar mais detalhadamente e individualmente o Movimento Renovador e sua história (Romanelli 1978), o que pretendemos é uma exploração satisfatória da correlacionalidade do momento sócio-político brasileiro da década de 30 com seus movimentos inovadores seja o Movimento Renovador, seja o Projeto da Escola Nova, e suas contribuições em relação ao menor ou maior grau de influência que seus elementos constitutivos tiveram nas políticas públicas brasileiras.

no Brasil naquela época, historicamente dependentes, incapazes de moldarem as próprias políticas públicas, sendo apenas respostas aos fatores históricos predominantes ao seu redor. Isso porque, o Estado brasileiro não tinha condições materiais de implantar o monopólio educacional, e nem tinha a intenção de fazê-lo.

Ou seja, nossas estruturas sócio-políticas, como, por exemplo, nosso sistema educacional e práticas do aparato do Estado estavam construídos sobre os valores e ideais de elites conservadoras e nacionalistas, que se dedicaram à aplicabilidade dos elementos constitutivos de outras normas globais também transnacionalizadas para o Brasil em mesma época. A vitória de Getúlio Vargas em 1930, sobre a República Velha, até pareceu ser o início de uma era de renovação, modernidade e democracia, um espaço aberto para as novas concepções sobre o mundo e sobre a sociedade. Foi estimulado por esse contexto, ainda que curto e, portanto apenas aparente, que o grupo de elite do educador Anísio Teixeira se empenhou na divulgação e tentativa de implementação do Projeto da Escola Nova que pretendia construir a democracia que surgia pela educação.

Em 1937, porém, instala-se o Estado Novo ou a ditadura varguista que se orientava pela necessidade da formação de uma identidade nacional, entendida como um elemento funcional da integração que Vargas propunha, ou seja essa identidade nacional tinha uma função territorial pragmática, cuja diferença era substancial em relação aos ideários de conformação de uma identidade democrática que permeavam o Projeto da Escola Nova. Isso porque a constituição da identidade nacional brasileira partiria de um caráter especificamente funcional, que se restringiria a questões de localidades geográficas. Pretendia-se vincular o povo brasileiro a um título específico de nacionalidade, desconsiderando a precisão e a importância de seus laços de solidariedade e características naturalmente associativas.

O Brasil vivia um desencantamento com a democracia que se devia a crise americana de 1929 e o prestígio e crescimento da URSS. Getúlio Vargas juntamente com as elites que

compunham sua máquina do Estado, e que seguiram sendo conservadoras e nacionalistas, porém agora fundamentadas na situação e nas condições do cenário internacional, como explicitadas, se preocupavam com o perigo comunista²³, e dessa forma a governabilidade brasileira passou a silenciar projetos cuja natureza de sua governança era democrática. Discute-se que normas globais transnacionalizadas a partir de fluxos paralelos como o do Fascismo na Itália, do Nazismo na Alemanha e do Franquismo na Espanha estavam em alta e tinham seus elementos constitutivos facilmente empoderados de maneira completa, ou seja, tanto no âmbito da governança quanto no âmbito da governabilidade.

Sendo assim essas elites se orientavam tanto com base em outros fluxos transnacionais e que aconteciam paralelamente para o Brasil, como com base em premissas construídas na própria arena doméstica. Isso porque, ainda que não se deva excluir o fato de que até essas premissas poderiam estar sendo construídas a partir de efeitos constitutivos das normas globais de diversos fluxos, em certa medida, deve-se concentrar de maneira mais efetiva em fatores claramente domésticos, quando do estabelecimento de premissas naturalmente domésticas, sob o ponto de vista de teorias domésticas e menos de teorias sistêmicas puras.

Nesse contexto, a não implementação bem sucedida do Projeto da Escola Nova, enquanto política pública transformadora da sociedade pela via da educação, implicou em um empoderamento incompleto da norma global (símbolo da igualdade da democracia liberal Americana) transnacionalizada para o Brasil como um símbolo normativo que carregava consigo valores sociais, como por exemplo, o aumento de oportunidades para muitos, que refletiam as próprias idéias da democracia liberal Americana, cujo processo constitui-se em

²³ Nesta época as tentativas de práticas democráticas no Brasil eram confundidas, e às vezes, consideradas propositalmente pelas elites conservadoras e nacionalistas, como práticas comunistas, e que, portanto deveriam ser contidas. Paradoxalmente, aos valores sociais das normas econômicas difundidas no pan-americanismo e aos outros ideários Americanos, os Estados Unidos apoiava maciçamente as ditaduras da América latina, que em geral, defendiam seus governos de um perigo comunista, prejudicando um melhor e maior fluxo de suas próprias idéias democráticas e impedindo-as de um empoderamento completo.

um fluxo transnacional dessas idéias que se deu dentre outros movimentos através do movimento cultural-ideológico do pan americanismo.

O contexto histórico brasileiro da época se apresentou, portanto, bastante desfavorável ao Projeto da Escola Nova, porque tal projeto exacerbava valores sociais que o regime de governo em questão não pretendia alcançar por vias democráticas. Naquela época, como já mencionado, as instituições políticas não eram consideradas variáveis de governabilidade independentes, ou seja, aquelas que moldam a política, mas sim variáveis de governabilidade dependentes, isso porque eram moldadas segundo a história.

Concluí-se que a idealização e a realização, ainda que somente no plano da governança, de projetos como o da Escola Nova garantiu ao Brasil a oportunidade de pensar o desenvolvimento sócio-cultural da nossa sociedade de maneira distinta. Onde o desenvolvimento e a educação deveriam caminhar juntos, num ambiente de maiores e melhores práticas democráticas.

CONCLUSÃO

A constituição histórica de um povo, de uma nação, é um importante elemento de análise quando se trata de se conhecer sua esfera sócio-política. Isso porque a partir da sua constituição histórica, é possível inferir diversos elementos constitutivos definidores e orientadores dos comportamentos sociais a serem desenvolvidos pelos seus cidadãos.

Ou seja, a análise acerca da constituição histórica dos Estados Unidos, assim como do Brasil, ressaltando seus períodos coloniais, assegurou a enumeração de importantes elementos constitutivos herdados, sobretudo da Europa. Esses elementos constitutivos, por sua vez, refletiam alguns dos valores normativos fundados a partir das mais diversas experiências políticas e sociais européias, assim como redefiniam ou contestavam esses valores.

Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, sua constituição histórica foi de extrema importância para a sua configuração política atual. A partir de suas constituições históricas e também heranças coloniais, cada um atribuiu um diferente papel político ao seu Estado. Nos Estados Unidos, as heranças democráticas herdadas das atividades políticas inglesas, assim como o espírito social e religioso dos imigrantes que chegavam na América, ditavam a conformação de uma nação, na qual prevaleciam os mais importantes símbolos democráticos: a igualdade e a liberdade.

No Brasil, ao contrário, as heranças coloniais inspiram-se nas monarquias européias, especialmente a monarquia portuguesa. Com isso o papel político do nosso Estado confunde-se desde sempre com o papel da igreja católica, grande sustentadora das monarquias européias, e com sua autonomia de interferência e atuação no cenário político. No Brasil, a igreja católica assumiu importante papel sócio-político a partir de seu status de instituição. Não houve, portanto, no Brasil, como houve nos Estados Unidos, uma clara separação da

religião e da política, e nem um reconhecimento da mesma enquanto fonte de inspiração da busca do bem-estar da maioria. No Brasil a igreja interferiu diretamente nas questões políticas.

É importante ressaltar que ainda que as constituições históricas de ambos países tenham sido determinantes da conformação política de seus Estados, esta não é a única responsável pela maneira através da qual ambos países desenvolveram e realizaram suas atividades políticas. Isso porque existe ainda um conjunto de outros fatores que influenciaram e influenciam até os dias de hoje os comportamentos e os papéis sócio-políticos de ambas nações, como por exemplo a sua configuração educacional.

De fato, a própria configuração educacional nos Estados Unidos, assim como no Brasil, sofreram influências dos seus elementos históricos, porém o que se observa, especialmente no caso do Brasil, é que não houve um esforço mínimo do aparato político do Estado para se atualizar e redefinir suas atividades políticas, conforme a evolução histórica. Ou seja, o sistema político brasileiro sempre insistiu em manter formas tradicionais de poder, o que compromete, dentre outros setores, a evolução do nosso sistema educacional.

No Brasil ainda nos referimos ao Estado enquanto ator principal na resolução das nossas questões sócio-políticas, desconsiderando-se a atuação do próprio povo e a sua natureza política. E ainda não reconhecemos na educação um veículo de conformação de papéis sociais atuantes. Dessa forma a promoção de reconfigurações em setores relacionados às nossas atividades políticas e também no setor da educação, que ainda está desvinculado do conjunto das nossas práticas sócio-políticas, significaria a possibilidade de reconfiguração também do poder e das questões políticas em si.

Na época em que o educador brasileiro Anísio Teixeira propôs o projeto da Escola Nova, cujos princípios pressupunham uma releitura do nosso contexto sócio-político a priori, os elementos constitutivos da nossa história e referentes à nossa colonização ainda se faziam

demasiadamente presentes, o que impossibilitou à elite intelectual composta por Anísio Teixeira de implementar o seu projeto da Escola Nova, não lhe conferindo também um caráter de governabilidade.

O projeto da Escola Nova encontrou pouco espaço de implementação em nosso contexto político daquela época, em parte, porque os valores normativos que o Estado brasileiro, enquanto principal aparato político valorizava, condiziam com a reflexão que muitos países da América Latina, na mesma época, faziam em relação à importância e o valor da democracia como um todo. O Brasil vivia um desencantamento em relação às práticas democráticas, cujo reflexo de seus questionamentos residiam na crise que os países europeus viviam e na quebra da bolsa de Nova York.

Sendo assim, o Brasil se inclinou em direção a outros fluxos de idéias, e permitiu que fossem transnacionalizados valores normativos dos símbolos das práticas nazistas e fascistas, por exemplo. A implementação do Estado Novo de Getúlio Vargas foi a grande mostra dessa inclinação. Nessa mesma época, porém, através do movimento cultural ideológico do pan-americanismo, eram difundidas para o Brasil centenas de idéias e símbolos da democracia liberal americana, o mais importante deles talvez (e a partir do qual o projeto da Escola Nova foi pensado), o símbolo da igualdade da democracia liberal americana, que não encontrou solo fértil no Brasil naquela época.

Sendo assim o fluxo dessa norma global sofreu um empoderamento incompleto, ou seja, a difusão das premissas democráticas americanas, principalmente no que concerne ao símbolo da igualdade, não puderam ser identificadas na prática das nossas atividades sócio-políticas, ou seja não puderam ser reconhecidas na implementação efetiva de nossas políticas públicas.

De fato, com base nesse contexto, o incompleto empoderamento da norma global em questão, assim como o fracasso implementativo ou de governabilidade do Projeto da Escola

Nova de 1930, são razoavelmente justificados pela ideologia social e política daquela época. Porém o que acontece nos dias de hoje no Brasil, referente ao descaso que ainda existe em relação ao nosso sistema educacional, não se justifica mais diretamente pela nossa ideologia política, mas sim pelo insulamento e engessamento de diversas políticas públicas que essa ideologia vêm causando.

Nesse contexto, a reversão do quadro não reside mais no empoderamento completo de normas globais da democracia liberal americana, por exemplo, e sim na vontade daqueles que ocupam nossos cargos públicos em construir uma política menos paradoxal e mais coerente. Isso porque há sim um empoderamento de diversas normas globais no Brasil que poderiam ter suas premissas diretamente reconhecidas no âmbito de nossas políticas públicas, a caminho de uma prática democrática mais condizente. O que ocorre, portanto, é que nosso Estado ainda utiliza mecanismos de cooptação dos próprios cargos públicos, que operam nossas atividades políticas de maneira irregular e distante da vontade da maioria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATHAR, Roberto Levy. **Lugar e posição de Anísio Spinola Teixeira na pedagogia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Ciência e Cultura, 1981. Vol. 33, n. 12, p.1662-1665.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** [S.I.]: Editora Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre; QUANT, Loic W. **Estudos afro-asiáticos: Sobre as artimanhas da Razão Imperialista.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2002. Vol. 24, n. 1.

CHECKEL, Jeffrey. **Norms, Institutions, and National Identity in Contemporary Europe.** University of Oslo: International Studies Quarterly, 1999. Vol. 43, p. 83-114.

CURRY, Carlos Roberto J. **Ideologia e educação brasileira.** São Paulo: Editora Cortez e Moraes LTDA, 1978.

DANESE, Sérgio França. **A Diplomacia da República Velha: uma perspectiva.**[S.I.]: In Estudos Internationales, 1984. Vol. 14, n. 1.

DEWEY, John. **Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação.** 3. ed. [S.I.]: Companhia Editora Nacional, 1936.

DEWEY, John; EDMAN, Irwin. **John Dewey: sua contribuição para a tradição americana.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

FILHO, Luís Viana. **A polêmica da educação.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

JAMES, William. **Pragmatismo.** 2. ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

LASKI, Harold Joseph. **O liberalismo europeu.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LIMA, Oliveira. **Pan-americanismo.** Brasília: Editora Rio de Janeiro, 1980.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** [S.I.]: Editora Paz e Terra S.A. 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vazes, 1978.

SARTORI, A. **A política**. Brasília: Editora UNB, 1979. Cap 9

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Universidade de São Paulo – Faculdade Educação: [s.n], 2002. n. 20.

TEIXEIRA, Anísio. **Administração pública brasileira e a educação**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1956. Vol. 25, n. 63, p. 3-23.

TEIXEIRA, Anísio. **Porquê “Escola Nova”**. Salvador: [s.n.]. Boletim da Associação Bahiana de Educação, 1930. n. 1, p. 2-30.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A democracia na América**. 4. ed. [S.I.]: Editora Itatiaia Limitada, 1998. Vol. 4.

www.arconet.es/ecumenismo/105las_religiones/Cristianismo/El_protestantismo.html. Acesso em 10 de março de 2005.

www.rebellion.org/noticia.php?id=5990. Acesso em 15 de março de 2005.

www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavaleiro/jamesvpolicia.html. Acesso em 17 de março de 2005.

www.teraa.com.br/voltaire/especial/home_especial_eua.html. Acesso em 22 de abril de 2005.

www.achegas.net/numero/cinco/bento_e_marcio.htm. Acesso em 30 de abril de 2005.

www.resistir.info/eua/raizes_naismo_eua.html. Acesso em 2 de junho de 2005.

www.geocities.com/lusdallanegra/eua_aml/capit_2.htm. Acesso em 20 de junho de 2005.